



Concessionária da Rodovia MG 050 S.A

CNPJ/MF nº 08.822.767/0001-08

Demonstrações Financeiras



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.: A Concessionária da Rodovia MG 050 S.A. ("Companhia" ou "AB Nascentes das Gerais"), constituída em 16/05/2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22/05/2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais - SETOP e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702/03. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico e tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. **AB Concessões S.A.:** A Concessionária da Rodovia MG-050 S.A. é uma controlada (100%) da AB Concessões S.A., uma holding que nasceu da união dos ativos no Brasil do grupo italiano Atlantia, um dos maiores em concessões rodoviárias do mundo, e do grupo brasileiro Bertin, em 29/06/2012. A AB Concessões tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades como acionista ou quotista, cujo objeto social seja a exploração de rodovias por meio de concessões públicas, ou por meio de outras modalidades de investimento, como a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades direta ou indiretamente atuantes no setor de concessões rodoviárias. A AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Triângulo do Sol (100%), Rodovias das Colinas (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%), e detém participação na Rodovias do Tietê (50%), atuando na administração de mais de 1.500 km de rodovias. **1. Destaques do ano de 2016:** A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2017 cresceu 13,0% em relação ao ano de 2016, alcançando R\$ 121,3 milhões. A receita líquida no ano de 2017 foi de R\$ 121,2 milhões (+6,2%). O tráfego da Companhia em 2017 foi de 21,5 milhões de eixos equivalentes*, volume 2,3% acima do tráfego registrado no ano de 2016. O EBITDA ajustado* em 2017 foi de R\$ 50,6 milhões (-19,1%). *Exclui as Receitas de Construção. *Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão. *O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção). **2. Desempenho Operacional:** O crescimento no número de veículos que transitaram pelas rodovias da Concessionária foi de 4,2% em 2017. O incremento em eixos equivalentes foi de 2,3%. O crescimento no volume de tráfego é explicado pelos investimentos e melhorias realizados na Rodovia MG-050. Outro fator importante constado pela Administração da Companhia foi a retomada da atividade econômica regional de alguns setores específicos, tais como o transporte de calcário, minério, cimento, madeiras. O tráfego na Rodovia é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lideiras à Rodovia.

Desempenho Econômico-Financeiro

	2017	AV%	2016	AV%	Var R\$	Var %
Receita Líquida	207.037	100,0%	203.990	100,0%	3.047	1,5%
Custo dos Serviços Prestados	(203.697)	-98,4%	(157.466)	-77,2%	(46.231)	29,4%
Lucro Bruto	3.340	1,6%	46.524	22,8%	(43.184)	-92,8%
(Despesas) Receitas Operacionais						
Gerais e administrativas	(44.677)	-21,6%	(26.867)	-13,2%	(17.810)	66,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	352	0,2%	922	0,5%	(570)	-61,8%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	(40.985)	-19,8%	20.579	10,1%	(61.564)	-299,2%
Resultado Financeiro						
Receitas financeiras	10.449	5,0%	12.341	6,0%	(1.892)	-15,3%
Despesas financeiras	(76.230)	-36,8%	(120.703)	-59,2%	44.473	-36,8%
	(65.781)	-31,8%	(108.362)	-53,1%	42.581	-39,3%

Prejuízo Operacional e antes do IR e da Contribuição Social

IR e CS - Diferidos (106.766) -51,6% (87.783) -43,0% (18.983) 21,6%

Prejuízo do Período

(70.636) -34,1% (58.478) -28,7% (12.158) 20,8%

Receita Líquida: A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R\$ 107.614 mil no exercício encerrado em 31/12/2016, para R\$ 121.153 mil no exercício encerrado em 31/12/2017. Esta variação resultou principalmente da combinação de dois fatores: i) em 2017, o tráfego em eixos equivalentes* foi de 21,5 milhões, volume 2,3% acima do tráfego registrado no ano de 2016 (21,0 milhões de eixos equivalentes); ii) Receita de serviços de construção de 10,9% abaixo do registrado no ano anterior, de R\$ 96.376 mil para R\$ 85.884 mil. *Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão. A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2017	AV%	2016	AV%	Var R\$	Var %
Receita de serviços prestados	121.269	100,1%	107.346	99,8%	13.923	13,0%
Outras receitas - contraprestação pecuniária	11.011	9,1%	10.117	9,4%	894	8,8%
Receita de serviços de construção	85.884	70,9%	96.376	89,6%	(10.492)	-10,9%
Impostos sobre a receita	(11.127)	-9,2%	(9.849)	-9,2%	(1.278)	13,0%
Receita Líquida	207.037	170,9%	203.990	189,6%	3.047	1,5%

Receita Líquida (exclui receita de construção) 121.153 100,0% 107.614 100,0% 13.539 12,6%

Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas: Os custos dos serviços prestados passaram de R\$ 157.466 mil no exercício encerrado em 31/12/2016 para R\$ 203.697 mil no exercício encerrado em 31/12/2017. As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 26.867 mil no exercício encerrado em 31/12/2016 para R\$ 44.677 mil no exercício encerrado em 31/12/2017.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais - R\$)							
Ativos	Nota	2017	2016	Passivos e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	3	14.851	9.910	Debêntures	7	104	547.559
Contas a receber de clientes	4	4.605	4.446	Fornecedores	8	32.927	23.336
Impostos a recuperar		3.945	7.465	Partes relacionadas	5	7.564	3.769
Partes relacionadas	5	2.647	-	Obrigações sociais e trabalhistas		3.269	2.996
Outros ativos		906	1.139	Obrigações fiscais		1.406	1.186
Total dos ativos circulantes		26.954	22.960	Provisão para manutenção e investimentos	9	67.129	61.705
Não circulantes				Contas a pagar ao poder concedente		405	-
Impostos a recuperar		1.563	2.481	Outras contas a pagar		278	226
Contas a receber do poder concedente	4	-	39.316	Total dos passivos circulantes		113.082	640.777
IR e CS diferidos	11	73.092	36.962	Não circulantes			
Depósitos e bloqueios judiciais	10	27.685	32.366	Debêntures	7	472.572	-
Intangível	6	759.558	729.335	Dividendos a pagar	5	5.785	5.785
Total dos ativos não circulantes		861.898	840.460	Prov. p/riscos civis, trabalhistas e tribut.	10	18.788	17.217
Total dos ativos		888.852	863.420	Provisão p/manutenção e investimentos	9	72.908	68.288
				Total dos passivos não circulantes		570.053	91.290
				Patrimônio líquido	12		
				Capital social		358.526	213.526
				Reservas de capital		7.401	7.401
				Prejuízos acumulados		(160.210)	(89.574)
				Total do patrimônio líquido		205.717	131.353
				Total dos passivos e patrimônio líquido		888.852	863.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais - R\$)						
	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		113.526	-	7.401	(31.096)	89.831
Aumento de capital:						
Em espécie	12	100.000	-	-	-	100.000
A integralizar	12	20.000	(20.000)	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(58.478)	(58.478)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		233.526	(20.000)	7.401	(89.574)	131.353
Aumento de capital em espécie	12	125.000	20.000	-	145.000	290.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(70.636)	(70.636)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		358.526	-	7.401	(160.210)	205.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)						
1. Contexto operacional: A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Sociedade"), sediada em Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e constituída em 16/05/2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22/05/2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para a exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais - SETOP e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24/01/2003. A Sociedade tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. A Sociedade obteve, em 6/03/2017, o registro como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Sociedade é uma controlada da AB Concessões S.A. ("Grupo"). O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007, as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas. Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia, em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constantes no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Sociedade e de 50% para a SETOP, devendo as consequências serem consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são revertidas ou de responsabilidade integral da Sociedade, e as variações verificadas a maior						
a cima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Sociedade e a SETOP, conforme anteriormente especificado. As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de junho, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ocorrida até 30 de abril. Além da arrecadação pelo tráfego, o contrato prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pela SETOP. Essa contraprestação pecuniária deve ser paga mensalmente à Sociedade visando assegurar as condições necessárias à prestação do serviço, avaliada por meio do Quadro de Indicadores de Desempenho - QID, cuja aferição é efetuada, mensalmente, por Verificador Independente, contratado pelo Poder Concedente. O valor da contraprestação pecuniária mensal é de aproximadamente R\$917 e é corrigido anualmente pelo IPCA. Em 16/04/2015, foi sancionado o Decreto Federal nº 8.433, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão patrocinada, a Sociedade possui o direito à recomposição do equilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade do referido decreto. Em 1º/07/2013, foi assinado o 6º Termo Aditivo - TA ao contrato de concessão que: (a) alterou o cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro e adequação gerencial, constante no 5º TA; (b) alterou o plano de negócios da rodovia, constante no 5º TA; e (c) alterou o QID, constante no 5º TA. Em 11/05/2017 foi homologada a versão definitiva do TA nº 7 ("TA07") do contrato de concessão. O referido TA tem como objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio principalmente de: (a) Uma atualização do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro; (b) Reconhecimento do valor a receber de contraprestação pecuniária menciona-						

Despesas c/serviços de conserva, manut. e operação de rodovia Despesas de amortização Despesas c/prest. de serviços Despesas com empregados Despesas c/materiais e equiptos. Despesas com construção (*) Custos c/constituição prov.p/riscos Despesas com seguro Outras despesas Outras receitas

Classificadas como: Custo dos serviços prestados Despesas gerais e administrativas Outras receitas operacionais, líquidas Total O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais

Funcionários Materiais e equipamentos Prestadores de serviços Provisão de riscos Outras despesas Sub total Depreciação e amortização Sub total Despesas relacionadas a ampliações e manutenção (R\$ Mil)

Conserva Especial Const. da provisão p/manutenção Utiliz. da Provisão p/Manutenção Despesas com construção Total Custos e Desp. Operac. Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram: Provisão de Riscos: O incremento no valor relacionado à Provisão de Riscos reflete principalmente a assinatura do Termo Aditivo nº 7, que ocorreu após grandes esforços envidados pelas partes e conclui e encerra todos os processos arbitrais e administrativos da Companhia, incluindo suas multas.

EBITDA Ajustado

EBITDA (R\$ Mil)

Receita líquida

Receita de construção

Receita líquida (ex receita de construção)

Custos operacionais

Custos de construção

Custos operacionais (ex custos de construção)

EBIT

Depreciação e amortização

EBITDA

Provisão para manutenção

EBITDA Ajustado

Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA ajustado* da Companhia - métrica utilizada para melhor refletir a geração de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura - foi de R\$ 50.616 mil em 2017 (-19,1%). O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção). **Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro:** O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 20.579 mil no exercício encerrado em 31/12/2016 para R\$ 40.985 mil no exercício findado em 31/12/2017. **Resultado Financeiro Líquido:** O resultado financeiro da Companhia foi de R\$ 65.781 mil em 2017 (-39,3%). O principal fator que explica a variação entre os períodos são os juros das debêntures da 4ª emissão, que foram positivamente impactados pela redução gradual da taxa básica de juros (Selic) observada a partir do segundo semestre de 2016. **Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:** O Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social passou de R\$ 87.783 mil no exercício encerrado em 31/12/2016 para R\$ 106.766 mil no exercício encerrado em 31/12/2017. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** A Contribuição Social e o Imposto de Renda passaram de R\$ 29.305 mil no exercício encerrado em 31/12/2016 para R\$ 36.130 mil no exercício encerrado em 31/12/2017. **Prejuízo Líquido do Exercício:** O Prejuízo Líquido do Exercício passou de R\$ 58.478 mil no exercício encerrado em 31/12/2016 para Prejuízo de R\$ 70.636 mil no exercício encerrado em 31/12/2017. **Aumento de Capital:** Em 22/06/2017, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Sociedade no montante de R\$5.000 mil, com a emissão de 5.000.000 novas ações nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie. Em 25/04/2017, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Sociedade no montante de R\$20.000 mil, com a emissão de 20.000.000 novas ações nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie. Em 13/01/2017, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a integralização do capital social remanescente da Sociedade, no valor de R\$20.000 mil, integralizado em espécie e aprovou o aumento de capital social em R\$10.000, com a emissão de 100.000.000 novas ações sem valor nominal sendo integralizado o valor total em espécie. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/10/2016, foi aprovado o aumento no capital social em R\$120.000 mil, com a emissão de 120.000.000 de novas ações sem valor nominal, sendo integralizados na data da ata R\$90.000 mil em espécie e o restante, no montante de R\$30.000 mil, a serem integralizados até o final do exercício de 2017. **Investimentos:** Em 2017, foram investidos aproximadamente R\$73.469 mil reais nas rodovias da concessionária. Os principais dispêndios realizados pela Concessionária ao longo de

2017	AV%	2016	AV%	Var R\$	Var %
(48.355)	19,5%	(9.330)	5,1%	(39.025)	60,4%
(43.246)	17,4%	(32.636)	17,8%	(10.610)	16,4%
(21.280)	8,6%	(18.038)	9,8%	(3.242)	5,0%
(14.233)	5,7%	(13.054)	7,1%	(1.179)	1,8%
(2.191)	0,9%	(2.094)	1,1%	(97)	0,2%
(85.884)	34,6%	(96.376)	52,5%	10.492	-16,2%
(30.298)	12,2%	(8.118)	4,4%	(22.180)	34,3%
(1.064)	0,4%	(1.075)	0,6%	11	0,0%
(1.823)	0,7%	(2.612)	2,0%	1.789	-2,8%
352	-0,1%	922	-0,5%	(570)	0,9%
(248.022)	100,0%	(183.411)	100,0%	(64.611)	100,0%
Classificadas como:					
Custo dos serviços prestados	82,1%	(157.466)	85,9%	(46.231)	71,6%
Despesas gerais e administrativas	18,0%	(26.867)	14,6%	(17.810)	27,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	-0,1%	922	-0,5%	(570)	0,9%
Total	100,0%	(183.411)	100,0%	(64.611)	100,0%

2017	AV%	2016	AV%	Var R\$	Var %
(14.233)	5,7%	(13.054)	7,1%	(1.179)	9,0%
(2.191)	0,9%	(2.094)	1,1%	(97)	4,6%
(21.280)	8,6%	(18.038)	9,8%	(3.242)	18,0%
(30.298)	12,2%	(8.118)	4,4%	(22.180)	273,2%
(2.535)	1,0%	(3.765)	2,1%	1.230	-32,7%
(70.537)	28,4%	(45.069)	24,6%	(25.468)	56,5%
Depreciação e amortização	43,4%	(32.636)	17,8%	(10.610)	32,5%
(113.783)	45,9%	(77.705)	42,4%	(36.078)	46,4%

2017	2016	V.H.
207.037	203.990	1,5%
(85.884)	(96.376)	-10,9%
121.153	107.614	12,6%
(248.022)	(183.411)	35,2%
85.884	96.376	-10,9%
(162.138)	(87.035)	86,3%
(40.985)	20.579	-299,2%
43.246	32.636	32,5%
2.261	53.215	-95,8%
48.355	9.330	418,3%
50.616	62.545	-19,1%
41,8%	58,1%	-28,1%

O EBITDA ajustado* da Companhia - métrica utilizada para melhor refletir a geração de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura - foi de R\$ 50.616 mil em 2017 (-19,1%). O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção). **Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro:** O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 20.579 mil no exercício encerrado em 31/12/2016 para R\$ 40.985 mil no exercício findado em 31/12/2017. **Resultado Financeiro Líquido:** O

...continuação

veículos e pedestres (concluída); • Duplicação do trecho compreendido entre o km 200,3 e o km 201,8, localizado no município de Formiga, com implantação de dois dispositivos de retorno em nível (concluída); • Alteração de traçado e greide travessia do município de Côrrego Fundo com implantação de ponte, do km 212,4 ao km 213,15 com 0,75 km de extensão (concluída); • Duplicação no trecho compreendido entre o km 263,4 ao km 264,2 localizado no município de Piumhi, com implantação de um dispositivo de retorno em nível (concluída); • Interação em dois níveis acesso a Alpinópolis/MG-446 km 330,8 ao km 331,4 (concluída); • Duplicação do km 372,4 ao km 373,8, localizado no município de Itai de Minas, com implantação de Interação a MG-344/Cássia e fábrica Itai com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída); • Realização de 27,2km de Adequações Geométricas, com correções do traçado da rodovia (concluída); • Implantação de 29,3 km de acostamentos ao longo da rodovia (concluída); • Implantação de 71,8 km de terceiras faixas na rodovia (concluída); • Execução de 05 dispositivos em nível (concluída); • Duplicações ao longo da rodovia: concluídas = 30,9 km em andamento - 2,2 km previstas = 25,3 km; • Correções de traçado ao longo da rodovia: concluídas = 34,7 km previstas = 7,4 km; • Implantação de terceiras faixas ao longo da rodovia: concluídas = 90,4 km previstas = 29,9 km; • Implantação de interseções, rotatórias alongadas, dispositivos em nível e em desnível ao longo da rodovia: concluídas = 20 previstas = 23. **Rodovia BR-491:** • Duplicação do trecho compreendido entre o km 1,50 e o km 4,45, localizado no município de São Sebastião do Paraíso, com implantação de dois retornos em desnível, duas passagens superiores e duas passarelas para travessia de pedestres (concluída). **Rodovia BR-265:** • Realização de 7,5 km de Adequações Geométricas, com correções do traçado (concluída); • Implantação de 21,9 km de acostamentos (concluída); • Implantação de 18,6 km de terceiras faixas (concluída). Para o cumprimento dos compromissos remanescentes descritos, a Sociedade estima, a valores atuais, na data-base 31/12/2017, investimentos para melhoria na infraestrutura nos valores aproximados de R\$693.000 e de R\$247.000 referentes à recuperação e manutenção, respectivamente, até o final da concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão. Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o seguinte: **a)** Investimentos que geram potencial de receita adicional: serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. **b)** Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando-se a totalidade do contrato de concessão patrocinada e estão apresentados a valor presente, conforme mencionado na nota explicativa nº 9. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens, cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. **Capital circulante negativo:** Em 31/12/2017 o passivo circulante supera o ativo circulante pelo montante de R\$86.128 (R\$617.817 em 31/12/2016), decorrente principalmente da deterioração das margens de operação e pelo aumento da provisão para manutenção e investimentos durante o período. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 7 e 12, houve aumento de capital e a 4ª. emissão de debêntures cujos recursos foram utilizados para amortização das debêntures da 3ª emissão. Adicionalmente, no exercício, a Sociedade gerou caixa oriundo de atividades operacionais que, somando ao caixa disponível e aporte de sua controladora, permitiu que os compromissos fossem honrados. Caso ocorra a necessidade de novos recursos para fazer frente às suas obrigações, a Sociedade poderá levantar novos financiamentos com instituições financeiras ou mercado de capitais. Caso os financiamentos não sejam obtidos, a Sociedade contará, ainda, com o aporte de capital do acionista controlador. **2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilidades pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma e são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis; determinação de taxas de desconto a valor presente, utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos; determinação da provisão para manutenção e investimentos; determinação da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e cronograma esperado de desembolsos; e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revisadas. As informações sobre julgamentos e estimativas críticas, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir: **a)** Contabilização do contrato de concessão patrocinada: Na contabilização do contrato de concessão patrocinada, conforme determinado pela interpretação técnica ICP 01 - Contratos de concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à: (i) aplicação da interpretação do contrato de concessão patrocinada; e (ii) determinação e classificação dos gastos de recuperação e construção como ativo intangível de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão patrocinada. Nos termos do contrato de concessão dentro do alcance dessa interpretação técnica, a Sociedade atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. **b)** Momento de reconhecimento do ativo intangível: A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão patrocinada, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (i) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (ii) investimentos que não geram potencial de receita adicional. (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura. (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 9. **c)** Determinação das receitas de construção: Quando a Sociedade presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 17 (R1) - Contratos de Construção. Na contabilização da receita de construção, a Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços. Também é efetuada análise dos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa que efetua os serviços de construção. As receitas relativas à construção da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo o estágio da construção da infraestrutura, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 17 (R1) - Contratos de Construção. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra ("stage of completion"), apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. No exercício findo em 31/12/2017, a Sociedade reconheceu, como receita de construção, o montante de R\$85.884 (R\$96.376 em 31/12/2016), e custo de construção nos mesmos valores. **d)** Provisão para manutenção e investimentos referente ao contrato de concessão patrocinada: A contabilização da provisão para manutenção, investimentos, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida à despesa de manutenção do período ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade são: 2.1 Instrumentos financeiros ativos: Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos mantidos para negociação por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros "disponíveis para venda"; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e da finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria "empréstimos e recebíveis", descritos como segue: Empréstimos e recebíveis: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço; nesse caso, classificados como ativo não circulante. Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 3), contas a receber e contas a receber do Poder Concedente (nota explicativa nº 4), depósitos e bloqueios judiciais (nota explicativa nº 10) e outros ativos, sendo os

principais critérios adotados descritos como segue: a) Caixa e equivalentes de caixa: Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e maturação por período inferior a 90 dias da data da aquisição. b) Contas a receber de clientes e do poder concedente: Apresentadas pelo seu valor de realização na data do balanço, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A Sociedade apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas históricas de perda. A Sociedade não constitui provisão para redução de contas a receber por não haver histórico de perdas. 2.2 Ativo intangível: A Sociedade reconhece ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. O ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. 2.3 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a eventual perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. 2.4 Empréstimos e financiamentos: Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Todos os custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos, exceto aqueles capitalizados aos ativos qualificáveis, conforme descrito na nota explicativa nº 2.2. 2.5 Instrumentos financeiros passivos: Empréstimos e financiamentos: Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. 2.6 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: Impostos correntes: As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas sobre sua base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários e dos ajustes referentes a mudanças de políticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 11. Os ativos e passivos fiscais diferidos podem ser compensados com obrigações tributárias caso haja o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, desde que se relacionem a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. 2.7 Provisões: Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e seu valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na nota explicativa nº 10. 2.8 Reconhecimento de receita: Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de quaisquer estimativas de deduções. As receitas são reconhecidas no período de competência pela utilização dos ativos, objeto da concessão pelos usuários. Receita de contraprestação pecuniária: Oriunda do contrato de concessão patrocinada, é paga mensalmente pela SETOP à Sociedade visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Receita de construção: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria referente ao contrato de concessão patrocinada é reconhecida em virtude do estágio de conclusão das obras realizadas e dos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.c). Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão, considerando os efeitos dos ajustes a valor presente. 2.9 Resultado básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Sociedade pela média ponderada da quantidade de ações do capital social na data do balanço. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados. A Sociedade não possui ações com potencial de diluição. 2.10 Dividendos: A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei ou pelo Estatuto Social, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em AGO. De acordo com o contrato de concessão, a Sociedade poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e o pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da rodovia e executadas as intervenções obrigatórias, previstas para dezembro de 2029. 2.11 Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. 2.12 Pronunciamentos e interpretações técnicos emitidos recentemente e ainda não aplicados pela Sociedade: As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. Muito embora as IFRS prevejam a adoção antecipada como uma facultade dos administradores das companhias, no Brasil os entes reguladores, dentre eles, a CVM, têm vedado essa antecipação, para resguardar a comparabilidade entre empresas de um mesmo setor. A IFRS 9 (CPC 48) - "Instrumentos Financeiros" é a primeira norma emitida como parte de um processo mais amplo para substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócio da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação da IAS 39 sobre redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de "hedge" continua aplicável. A norma é aplicável a partir de 1º/01/2018. A IFRS 15 (CPC 47) - "Receitas de Contratos com Clientes" substituiu a IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 ("CPC 30 (R11)", IAS 11 (CPC 17 (R11)), IFRIC 15 (CPC 02) e IFRIC 18 (CPC 11)). A IFRS 15 especifica como e quando uma entidade irá reconhecer a receita auferida de contratos e relacionamento com clientes, bem como requer a tais entidades prover divulgações mais detalhadas e relevantes aos usuários das demonstrações financeiras. Referida norma prevê, em um único documento, princípios para o reconhecimento aplicáveis a todos os tipos de receitas auferidos por contratos e/ou relacionamento com clientes. A norma é aplicável a partir de 1º/01/2018. IFRS 16 - "Leasing" Essa norma requer um único modelo de contabilização de "lease", em que todos os contratos são reconhecidos nos balanços das arrendatárias (ativo pelo direito de uso e passivo pela obrigação financeira); dessa forma, não se faz necessário a análise das características do contrato para classificação entre financeiro e operacional. A norma é aplicável a partir de 1º/01/2019. A Administração da Sociedade avaliou ou está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção dessas normas. Com base em avaliações preliminares a Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Caixa e Equivalentes de Caixa:		2017	2016
Caixa e contas bancárias		1.563	1.539
Aplicações financeiras (*)		13.288	8.371
Total		14.851	9.910
(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição. Compostas basicamente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remuneradas na média à taxa de 97,38% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.			
CDI. 4. Contas a Receber de Clientes e do Poder Concedente:		2017	2016
Pedágio eletrônico (a)		4.504	4.149
Cupons de pedágio		101	297
Contraprestação pecuniária (b)		-	39.316
Total		4.605	43.762
Circulante		4.605	4.446
Não circulante		-	39.316
(a) Vide nota explicativa nº 18.c). (b) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvênção, conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão, os valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - CODEMIG, que, em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG, atua como interventore no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária. Após a homologação do TA07, mencionada na nota explicativa nº 1, o valor a receber de contraprestação pecuniária foi compensado com os gastos incorridos pela Sociedade para a conclusão de todos os processos em arbitragem junto ao Poder Concedente. A compensação dos valores gerou um valor a pagar ao Poder Concedente de R\$8.841, registrado na rubrica "Contas a pagar ao Poder Concedente", que foi parcialmente compensado durante o exercício findo em 31/12/2017 com o valor das contraprestações pecuniárias futuras. Em 31/12/2017, o saldo a pagar ao Poder Concedente, após compensação com os valores de contraprestação pecuniária, é de R\$405. Este valor a pagar não inclui o desequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária estabelecido no âmbito do TA07, que será oportunamente reequilibrado nos termos do Contrato de Concessão. A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis. O prazo médio de vencimento do pedágio eletrônico e dos cupons de pedágio é de 30 dias, exceto contas a receber de contraprestação pecuniária - SETOP. 5. Partes Relacionadas: As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:			
Saldos patrimoniais		2017	2016
Ativo circulante:			
Controladora:			
AB Concessões S.A. (a)		2.647	-
Total		2.647	-
Passivo circulante:			
Fornecedores de serviços:			
Controladora:			
AB Concessões S.A. (b)		7.564	3.769
Total		7.564	3.769
Transações			
Custos e despesas:			
Controladora:			
AB Concessões S.A. (b)		3.795	3.360
Total		3.795	3.360
(a) Refere-se ao saldo a ser ressarcido pelo acionista referente a parte dos valores utilizados para liquidação dos processos arbitrais junto ao Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. (b) Refere-se à prestação de serviços contábil, financeiro, fiscal, de recursos humanos e jurídico mediante contrato específico que definiu os serviços a serem realizados, assim como o preço. O contrato foi assinado em 2012, com prazo indeterminado, prevendo o reembolso dos custos e das despesas decorrentes do compartilhamento das atividades e da			
7. Debêntures: Série		Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)
3ª emissão:			
1ª série		4.600	CDI a 100% + 3% a.a.
2ª série		700	CDI a 100% + 3% a.a.
4ª emissão			
1ª série		260	CDI a 100% + 4% a.a.
2ª série		200	CDI a 100% + 6% a.a.
Custo de transação			
Circulante		104	
Não circulante		472.572	
3ª emissão: Em 16/04/2015, a Sociedade efetuou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de espécie quirográfrica. O montante total da emissão foi de R\$530.000, sendo 5.300 debêntures com valor nominal unitário de R\$100, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 1,95% ao ano. Em Assembleia Geral de Debenturistas ocorrida em 13/10/2016, foi aprovada a prorrogação da data de vencimento, bem como a divisão da 3ª emissão de debêntures em duas séries: 1ª série de 4.600 debêntures no valor total de R\$460.000 com vencimento final em 16/04/2017 e 2ª série de 700 debêntures no valor total de R\$70.000 com vencimento final em 16/10/2017. A remuneração dos juros foi alterada de 100% do CDI mais 1,95% para 100% do CDI mais 3% a partir de 16/10/2016, e o pagamento de juros será feito trimestralmente. Em 16/01/2017, a Sociedade efetuou a liquidação total antecipada da 2ª série de debêntures da 3ª emissão, no valor total de R\$70.000. Em 10/04/2017, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas que deliberou sobre a prorrogação, para 16/06/2017, do prazo de vencimento das debêntures da 1ª. série da 3ª emissão, bem como, sobre a alteração das datas de pagamentos dos juros remuneratórios para 16 de abril e 16/06/2017. Em 16/06/2017 foi efetuada amortização integral da 1ª. série da 3ª. emissão de debêntures. 4ª emissão: Em 14/06/2017 a Sociedade efetuou a 4ª. emissão de debêntures simples no montante total de R\$460.000, sendo 460 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em duas séries: • 1ª série: 260 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica com garantia adicional fidejussória, a ser convalidada em espécie com garantia real. Serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 4% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente, em junho e dezembro e o vencimento do principal será em 14/06/2022; • 2ª série: 200 debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada e com garantia adicional fidejussória. Serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 6% ao ano. Os juros serão pagos na mesma data do vencimento do principal, em 14/07/2022. As debêntures da 4ª emissão da Sociedade são garantidas por: 1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Emissora. 2. Cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1. 3. Fiança da controladora AB Concessões S.A.: Durante o exercício findo em 31/12/2017 foram apropriados juros de R\$59.708 (R\$94.281 durante o exercício findo em 31/12/2016) e foram pagos juros no montante de R\$64.591. Cláusulas restritivas: A escritura da 4ª emissão de debêntures da Sociedade contém cláusulas restritivas que poderão impedir o vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros a serem medidos a partir/06/2018. A Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas em 31/12/2017. A escritura da 4ª emissão está arquivada e disponível para consulta na seção "Escrituras e aditamentos de debêntures" no endereço eletrônico da CVM (www.cvm.gov.br).			
8. Fornecedores:		2017	2016
Fornecedores de serviços de construção		25.849	21.412
Fornecedores operacionais		7.078	1.924
Total		32.927	23.336
A Sociedade possui fornecedores relacionados à obra de infraestrutura rodoviária, conforme definido em seu contrato de concessão, e também aqueles relacionados à movimentação do saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários			
2016		Adições	
Cíveis (a)		10.545	4.663
Trabalhistas (b)		3.580	2.252
Tributários (c)		1.101	504
Outras contingências (d)		3.084	24.883
Subtotal		18.310	32.302
Depósitos judiciais (c)		(1.093)	(506)
Total		17.217	31.796
2015		Adições	
Cíveis (a)		3.820	9.387
Trabalhistas (b)		2.324	5.151
Tributários (c)		527	574
Outras contingências (d)		4.350	-
Subtotal		11.021	15.112
Depósitos judiciais (c)		(448)	(645)
Total		10.573	14.467
(a) Correspondem substancialmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos d/e acidentes ocorridos nas rodovias. (b) Correspondem, principalmente, a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio, não existindo processo de valor individual relevante. (c) Os riscos tributários devem-se ao fato de que a Sociedade está discutindo judicialmente a legalidade do Decreto nº 8.426/15, que revogou o artigo 3º do Decreto nº 5.442/05, o qual reduziu a zero as alíquotas do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre receitas financeiras das pessoas jurídicas sujeitas ao regime de incidência não cumulativo. A Sociedade impetrou mandado de segurança preventivo alegando que o Decreto nº 8.426/15 viola o artigo 150 da Constituição Federal e o artigo 97 do Código Tributário Nacional - CTN, já que a majoração de alíquotas de PIS e COFINS por meio de decreto não encontra amparo no texto constitucional. Os montantes apurados de impostos do exercício estão sendo depositados judicialmente até a decisão final transitada em julgado do processo, e eventual resultado adverso não resultará em impacto financeiro para a Sociedade. (d) Correspondem substancialmente a processos administrativos relacionados à gestão do cronograma de obras com o Poder Concedente. As movimentações do exercício findo em 31/12/2017, refletiram o reconhecimento do resultado das arbitragens sobre os processos administrativos. Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, os processos arbitrais e administrativos pendentes foram concluídos e encerrados no âmbito do TA07. A estimativa de desembolsos ou reversões, relacionados às provisões para riscos, com base na opinião dos advogados, está demonstrada a seguir:			
Ano 2018			
Ano 2019 em diante			
Total		18.788	

continua...

...continuação			CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG 050 S.A. - CNPJ/MF nº 08.822.767/0001-08			
11. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:			2017	2016		
Crédito de imposto					2017	2016
Diferença temporária:						
Provisão p/riscos cíveis, trabalhistas e tributários			20.387	17.209		
Prejuízo fiscal e base negativa de CS			117.039	57.553		
Mudança de prática contábil (CPC 01 e OCPC 05) (i)			188.407	143.325		
Base de cálculo			325.833	218.087		
Aliquota nominal combinada			34%	34%		
Total do crédito			110.783	74.149		
Débito de imposto						
Diferença temporária:						
Diferenças de taxa de amortização (ii)			(102.315)	(109.375)		
Encargos financeiros a apropriar			(3.969)	-		
Juros de debêntures capitalizados			(4.572)	-		
Base de cálculo			(110.856)	(109.375)		
Aliquota nominal combinada			34%	34%		
Total do débito			(37.691)	(37.187)		
Crédito de IR e CS diferidos, líquido			73.092	36.962		
i) O montante líquido de R\$188.406 em 31/12/2017 (R\$143.325 em 2016) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais. (ii) Correspondem à diferença temporária entre a depreciação fiscal dos bens, suportada por laudo preparado por avaliadores externos, e a amortização contábil do intangível. Esse laudo foi preparado com base na vida útil remanescente dos itens, cuja estimativa é comparável com as taxas de vida útil publicada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. A Administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:			2017	2016		
Ano 2019			4.443	-		
Ano 2020			4.443	-		
Ano 2021			4.443	-		
Ano 2022 em diante			97.454	-		
Total			110.783	74.149		
b) Reconciliação dos tributos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos são reconciliados com a alíquota nominal de imposto, conforme demonstrado a seguir:			2017	2016		
Prejuízo antes do IR e da CS			(106.766)	(87.783)		
Aliquota nominal combinada			34%	34%		
Expectativa de crédito de IR e CS			36.300	29.847		
Outras diferenças permanentes			(170)	(542)		
Crédito de IR e CS diferidos			36.130	29.305		
12. Patrimônio Líquido: Capital social: O capital social subscrito em 31/12/2017 é de R\$358.526, representado por 358.525.349 ações ordinárias (R\$233.526 em 31/12/2016 representado por 233.525.349 ações ordinárias), sem valor nominal, de propriedade da AB Concessões S.A. Em 22/06/2017, foi realizada AGE que deliberou sobre aumento no capital social da Sociedade no montante de R\$5.000, com a emissão de 5.000.000 novas ações nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie. Em 25/04/2017, foi realizada AGE que deliberou sobre aumento no capital social da Sociedade no montante de R\$20.000, com a emissão de 20.000.000 novas ações nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie. Em 13/01/2017, foi realizada AGE, que deliberou sobre a integralização do capital social remanescente da Sociedade, no valor de R\$20.000, integralizado em espécie e aprovou o aumento de capital social em R\$100.000, com a emissão de 100.000.000 novas ações sem valor nominal sendo integralizado o valor total em espécie. Em AGE realizada em 17/10/2016, foi aprovado o aumento no capital social em R\$120.000, com a emissão de 120.000.000 de novas ações sem valor nominal, sendo integralizados na data da ata R\$90.000 em espécie e o restante, no montante de R\$30.000, a serem integralizados até o final do exercício de 2017. Reservas de capital: Em AGE realizada em 31/07/2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação de suas parcelas cindidas pela Sociedade e demais empresas do grupo Infra Bertin Participações S.A. A Infra Bertin Participações S.A., única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Sociedade. A Sociedade registrou Reserva de capital de R\$7.401 como contrapartida dos saldos incorporados. Reservas de lucros e distribuição de dividendos: A Sociedade destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. O Estatuto Social da Sociedade determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o contrato de concessão, a Sociedade poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da rodovia e executadas as intervenções obrigatórias, previstas para dezembro de 2029, motivo pelo qual os valores devidos estão classificados no passivo não circulante. 13. Receita Operacional Líquida: A receita é composta conforme a seguir:						
José Renato Ricciardi			Alexandre Tujiski	Alexandre Lauriano de Menezes		
Diretor Presidente			Diretor Financeiro e de RI	Contador CRC ES-015214/O-3		

Aos Acionistas e Administradores da **Concessionária da Rodovia MG050 S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio:** A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, o qual determina que a concessão tem por objeto a exploração da rodovia determinada no contrato com cobrança de pedágio e outros serviços prestados aos usuários. Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da Sociedade com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("TAG") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no TAG e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio adotados

Receita de serviços prestados 121.269 107.346
Outras receitas - contraprestação pecuniária 11.011 10.117
Receita de serviços de construção (*) 85.884 96.376
Receita bruta 218.164 213.839
Impostos sobre as vendas: (5.683) (4.995)
Imposto Sobre Serviços - ISS (969) (865)
PIS (4.475) (3.989)
COFINS 207.037 203.990
Receita líquida (*) Vide nota explicativa nº 2.c).
14. Custos e Despesas por Natureza:
Desp. c/serv. de conserva, manut. e oper. de rod. (48.355) (9.330)
Despesas de amortização (43.246) (32.636)
Despesas com prestadores de serviços (21.280) (18.038)
Despesas com empregados (14.233) (13.054)
Despesas com materiais e equipamentos (2.191) (2.094)
Custos com construção (*) (85.884) (96.376)
Provisão p/riscos cíveis, trabalhistas e tributários (30.298) (8.118)
Despesas com seguro (1.064) (1.075)
Outras despesas (1.823) (3.612)
Outras receitas 352 922
Total (248.022) (183.411)
Classificadas como:
Custo dos serviços prestados (203.697) (157.466)
Despesas gerais e administrativas (44.677) (26.867)
Outras receitas operacionais, líquidas 352 922
Total (248.022) (183.411)
(*) Vide nota explicativa nº 2.c). As principais variações das rubricas de despesas com serviços de conserva, manutenção e operação de rodovia e provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, durante o exercício findo em 2017, é resultado do incremento da provisão para manutenção em rodovias, seguindo o ciclo de intervenções, e da conclusão do processo de arbitragem junto ao Poder Concedente, nos termos do TA07, conforme divulgado na nota explicativa nº1.
15. Resultado Financeiro:
Receitas financeiras:
Receita c/rendimento de aplic. financ. e outras (*) 10.299 11.545
Outras receitas financeiras 150 796
Despesas financeiras: 10.449 12.341
Ajuste a valor presente da prov. p/manut. e invest. (12.249) (21.129)
Juros e var. monetárias sobre debêntures (**) (59.708) (94.281)
Comissões bancárias e outras (3.346) (2.828)
Outras despesas financeiras (927) (2.465)
Despesas financeiras: (67.230) (120.703)
Outras despesas financeiras (65.781) (108.362)

Resultado financeiro
(*) Receitas com rendimentos de aplicações financeiras, e atualização monetária da contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, conforme mencionado na nota explicativa nº 4. (**) Juros e variação monetária das debêntures passivas da 3ª emissão que correspondem a 100% da variação do CDI mais juros de 3% ao ano, conforme mencionado na nota explicativa nº 7. **16. Prejuízo por Ação:** A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do resultado básico e do resultado diluído por ação. Básico e diluído
2017 **2016**
Prejuízo do exercício (70.636) (58.478)
Qtde. média ponderada de ações durante o exerc. 346.602 138.494
Prejuízo por ação - básico e diluído (em R\$) (0,20) (0,42)
No exercício findo em 31/12/2017 e de 2016, a Sociedade não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no resultado por ação, e, portanto, o resultado por ação básico e diluído são idênticos. **17. Demonstração dos Fluxos de Caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2017 e de 2016, a Sociedade realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:
2017 **2016**
Transações de invest. e financ. que não envolveram caixa:
Fornecedores de intangível (3.635) (1.794)
Utl. de prov. p/invest. na aquisição de intangível (7.130) (11.430)
Juros de debêntures capitalizados (5.204) -
Transações com o poder concedente que não envolveram caixa:
Contraprestação pecuniária a receber compensada 48.152 -
Créditos com partes relacionadas (2.647) -
Provisão para investimentos a realizar 21.942 -
Contas a pagar ao Poder Concedente 405 -
18. Instrumentos Financeiros: De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: Risco de capital: A Administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social, as reservas de lucros e o

dividendo adicional proposto. Os objetivos da Sociedade, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade e a continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir custo e maximizar os recursos aplicados em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes. Endividamento: O índice de endividamento é o seguinte:
2017 **2016**
Divida financeira total 476.645 547.559
Caixa e equivalentes de caixa (14.851) (9.910)
Divida líquida 461.794 537.649
Patrimônio líquido 205.717 131.353
Índice de endividamento líquido 2,24 4,09
A Sociedade possui índice de endividamento líquido de 2,24 (4,09 em 31/12/2016), como resultado da 4ª emissão de debêntures públicas (nota explicativa nº 7), cujos recursos foram destinados para o resgate total das debêntures da 3ª emissão, emitidas em 16/04/2015. Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado: Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, uma vez que: 1. O caixa e equivalentes de caixa estão substancialmente indexados ao CDI. 2. As contas a receber de clientes, exceto contraprestação pecuniária, e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias. Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente, quando aplicável. Caso a Sociedade adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos e financiamentos aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:
2017 **2016**
Valor justo Valor justo
contábil **contábil**
Debêntures (*) 472.676 574.993 547.559 551.338
(*) Valores brutos dos custos de transação. A Sociedade utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação: • Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); • Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31/12/2017 a Sociedade mantém os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos. A Sociedade não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no exercício findo em 31/12/2017. A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2016. A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade conforme suas características:

	2017	2016
Valor justo	Valor justo	Valor justo
contábil	contábil	contábil
Debêntures (*)	472.676	574.993
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	4.605	43.762
Partes relacionadas	2.647	-
Outros ativos	342	344
Passivos	405	278
Fornecedores e partes relacionadas	40.491	27.105
Debêntures	472.676	547.559
Contas a pagar ao Poder Concedente	405	278
Outras contas a pagar	278	226

À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI no encerramento do exercício:
Modalidade **Valor contábil** **Juros estimados (i)** **Até 90 dias** **Mais de 90 dias** **Circulante** **De 2 a 3 anos** **De 4 a 5 anos** **Acima de 5 anos** **Não Circulante**
Ativos circulantes e não circulantes:
Contas a receber de clientes 4.605 - 4.605 - 4.605 - - - -
Total **4.605** **-** **4.605** **-** **4.605** **-** **-** **-** **-**
Passivos:
Debêntures - principal (ii) 460.000 - - - - 460.000 - 460.000
Debêntures - juros 16.645 304.062 - 32.417 32.417 32.684 255.606 - 288.290
Fornecedores e partes relacionadas 40.491 - 15.067 25.424 40.491 - - - -
Outras contas a pagar 278 - - 278 278 - - - -
Total **517.414** **304.062** **15.067** **58.119** **73.186** **32.684** **715.607** **-** **748.291**
(i) Fluxos de caixa futuro relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31/12/2017 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos. (ii) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures. **19. Informação por Segmento:** A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos. A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade. **20. Seguros Contratados:** A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventos sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são renovadas anualmente. Em 31/12/2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:
Modalidade **Riscos cobertos** **Limites de indenização - em milhares de reais** **Vencimento do contrato**
Seguro riscos - responsabilidade civil Danos materiais e corporais a terceiros 33.009 Setembro/18
Seguro garantia Danos morais 8.145 Setembro/18
Seguro riscos operacionais - todos os riscos Perda de receita (cobertura acessória) 29.310 Setembro/18
Seguro riscos operacionais - todos os riscos Danos materiais à rodovia 17.669 Setembro/18
Seguro garantia Garantia de conservação da concessão 36.682 Setembro/18
Seguro garantia Garantia de ampliação de concessão 97.626 Setembro/18
21. Eventos Subsequentes: Em 15/02/2018, foi realizada AGE que deliberou sobre aumento no capital social da Sociedade no montante de R\$7.353, com a emissão de 7.352.676 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie. **22. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelos diretores da Sociedade em 21/03/2018.

Riscos de mercado: a) Exposição a riscos cambiais: Em 31/12/2017, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado. Em 31/12/2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Sociedade, conforme descrito a seguir: • Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31/12/2017; • Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31/12/2017; • Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31/12/2017.

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (i)	6,87%	8,59%	10,31%	
Empréstimos indexador:				
Debêntures 1ª serie - CDI	261.094	(29.098)	(33.762)	(38.426)
Debêntures 2ª serie - CDI	215.551	(28.630)	(32.554)	(36.478)
	476.645	(57.728)	(66.316)	(74.904)

Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: Indexador: CDB e operações
compromissadas - CDI 13.287 889 1.111 1.333
Exposição líquida - perda 463.358 (56.839) (65.205) (73.571)
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário-base - (8.366) (16.732)
(i) Fonte: Boletim de índices financeiros da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa projetado para 2018. c) Risco de crédito: Esse risco advém da possibilidade de a Sociedade não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco. A Sociedade apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a Sociedade possui valores a receber da SETOP referentes à contraprestação pecuniária, previstos no contrato de concessão, que estão garantidos pela CODEMIG por meio de depósito em conta vinculada, conforme mencionado na nota explicativa nº 4. d) Risco de liquidez: O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. As debêntures, conforme mencionado na nota explicativa nº 7, são um empréstimo-ponte e foram emitidas tendo em vista a liquidação da 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures. A Sociedade realizou ainda, a 4ª emissão de debêntures, com vencimento em julho de 2022, tendo em vista o aumento do empréstimo-ponte para fazer frente aos investimentos, bem como o pagamento das debêntures da 3ª emissão. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

responsabilidade da Administração da Sociedade e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e com os registros contábeis conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração sobre os requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e interna-

cionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe a incerteza significativa devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos e condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas de controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas da tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios de comunicação para o interesse público. Campinas, 29 de março de 2018.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC n.º 2 SP 011609/O-8
Alex Andrade Vaz da Silva
Contador - CRC n.º 1 BA 016479/O-1 "T" SP

Deloitte

ECON PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ/MF 27.705.874/0001-09 - NIRE 31300118177
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Rafael dos Santos Selva, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade n. MG-10.187.783, expedido pela PCMMG, inscrito no CPF sob o n. 042.161.576-10, residente e domiciliado na Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Rua Ministro Ozomibo Nonato, n.589, apto. 1002, Bairro Vila da Serra, CEP: 34.006-056, na qualidade de diretor da **ECON PARTICIPAÇÕES S/A**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Santa Rita Durão, n.444, 2º andar, Bairro Savassi, CEP 30.140-111, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 27.705.874/0001-09, e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE n. 3130011817-7 ("**Companhia**"), em conformidade com as disposições legais, em especial com o disposto no Artigo 7º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Sociedade, e na Lei 6.404/76 convoca todos os acionistas para se reunirem na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Santa Rita Durão, n.444, 2º andar, Bairro Savassi, CEP 30.140-111, no dia **23 de abril de 2018, às 14:30 horas**, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1) *Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações*

ENGECON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA

Contrata para trabalhar em seu escritório e em suas obras:

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

ENVIAR CURRÍCULO: mara@engecomengenharia.com.br

UNISSUL SUPERMERCADOS S/A - CNPJ/MF 06.311.489/0001-07 - NIRE 3130001992-6

Edital de Convocação - Ficam os senhores acionistas da Unissul Supermercados S/A convocados para reunirem-se em Assembleia Extraordinária, a ser realizada, excepcionalmente, na Alameda Manoel Antônio Sobral, 500 - Distrito Industrial, Pouso Alegre - MG, 37550-000, no dia **25 de abril de 2018, às 9:00 horas**, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) alteração do Estatuto Social, quanto às seguintes matérias: a.1) inclusão de artigo para obrigatoriedade de observância de acordos de acionistas; a.2) complementação das normas que regem as Assembleias Gerais da Companhia; a.3) alteração e complementação das normas que regem a Administração da Companhia; a.4) alteração das normas relativas ao exercício social, lucros, reservas e dividendos, especialmente quanto à reserva estatutária; a.5) remodelação e alterações redacionais e estruturais, sem impacto jurídico; e b) consolidação do Estatuto Social. Instruções Gerais: Os acionistas, nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/1976, deverão exibir documento hábil de sua identificação, podendo ser representados por mandatários, observadas as determinações e restrições legais. Esta assembleia se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto e em segunda, instalar-se-á com qualquer número, atendido ao disposto no art. 135 da Lei 6.404/1976.

Alfenas, 12 de Março de 2018. **Carlos Magno de Souza Fonseca** - Diretor Presidente.

AGROS-AGROPECUARIA SAMPAIO LTDA.
CNPJ nº 00.742.185/0001-00
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS.

Mariana de Faria Sampaio, inscrita no CPF sob nº 055.639.186-10, na qualidade de sócia-administradora e no uso de suas atribuições, convoca os sócios da Agros-Agropecuária Sampaio Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 00.742.185/0001-00, para reunirem-se em Reunião de Sócios, a ser realizada no dia 23 de abril de 2018, na sede da sociedade, na Fazenda Santa Bárbara, BR 135, Km 522, Augusto de Lima/MG, em primeira chamada às 9h (nove horas) e, não havendo quórum, em segunda chamada às 9h15m (nove horas e quinze minutos), com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) reativação da sociedade na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG; (ii) aprovação da cessão das quotas do sócio Luiz Felipe Sampaio Aranha à sócia Mariana de Faria Sampaio; e (iii) autorização aos administradores da Sociedade para praticar todos os atos necessários à reativação do registro da sociedade, bem como à cessão de quotas entre os sócios. Belo Horizonte/MG, 13 de abril de 2018. Mariana de Faria Sampaio – Sócia-Administradora.

TORO CONTROLE E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

CNPJ: 27.073.081/0001-06

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em reais)

	Nota	Controladora	Consolidado		Nota	Controladora	Consolidado
Ativo		2017	2017	Passivo		2017	2017
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.883.739	13.642.108	Fornecedores	15	937	1.162.640
Contas a receber	7	-	944.976	Empréstimos e financiamentos ...	16	-	523.853
Serviços a faturar	7	-	3.044.441	Obrigações sociais e trabalhistas ..	17	42.449	2.074.124
Impostos a recuperar	8	463.920	636.529	Obrigações tributárias	18	19.314	380.015
Adiantamentos	9	-	77.437	Imposto de renda e contribuição social a pagar	21	281.077	281.077
Outros ativos	10	-	742.576	Serviços a faturar	19	-	3.044.441
Total do ativo circulante		5.347.659	19.088.066	Adiantamento de clientes	-	-	333.484
Mútuo com partes relacionadas	11	20.463.826	20.463.826	Total dos passivos circulantes ..		343.777	7.799.634
Total do realizável a longo prazo ...		20.463.826	20.463.826	Empréstimos e financiamentos ...	16	-	1.168.933
Investimentos	12	-	2.055.524	Provisão para contingências	20	-	132.639
Imobilizado	13	-	4.680.422	Total dos passivos não circulantes ..		17.514.307	17.514.307
Intangível	14	-	4.680.422	Capital social	41.548.851	41.548.851	41.548.851
Total do ativo não circulante ...		32.182.750	27.199.772	Reserva de capital	-	-	-
				Adiantamento para futuro aumento de capital	4.851.500	4.851.500	4.851.500
Total do ativo		37.530.409	46.287.838	Ajuste de avaliação patrimonial ...	(10.712.801)	(10.712.801)	(10.712.801)
				Prejuízos acumulados	(16.015.225)	(16.015.225)	(16.015.225)
				Total do patrimônio líquido	22	37.186.632	37.186.632
				Total do passivo		37.530.409	46.287.838

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em reais)

		Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 8 de fevereiro de 2017							
Aporte de capital com participação de controlada (i)	1	13.063.158	-	-	(10.712.801)	-	2.350.357
Aumento de capital	22(a)	4.451.149	41.548.851	-	-	-	46.000.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	22(d)	-	-	4.851.500	-	-	4.851.500
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(16.015.225)	(16.015.225)
Saldos em 31 de dezembro 2017		17.514.307	41.548.851	4.851.500	(10.712.801)	(16.015.225)	37.186.632

(i) Custo de aquisição das ações da Toro Investimentos. As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional - A Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle" ou "Companhia") localizada na cidade Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída como sociedade empresária limitada em 08 de fevereiro de 2017, a partir da conferência de ações da Toro Investimentos S.A., tendo sido transformada em sociedade anônima no dia 10 de fevereiro de 2017 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. Em 31 de dezembro de 2017 possui uma única subsidiária integral, a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos") que foi constituída em 3 de agosto de 2010 como sociedade empresária limitada e transformada em sociedade anônima em 23 de janeiro de 2017. Ela possui o seguinte objeto social: (i) a consultoria em investimentos, títulos e valores mobiliários; (ii) atividades de ensino na área de investimentos em valores mobiliários; (iii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis; (iv) desenvolvimento e licenciamento de programa de computador customizáveis; (v) consultoria em tecnologia da informação; (vi) desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; (vii) comércio varejista de livros, apostilas e materiais didáticos, todos relacionados a investimentos em valores mobiliários; (viii) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo. O modelo de negócios da Toro Investimentos é baseado na comercialização de um software como serviço, a plataforma conhecida como Toro Radar: www.tororadar.com.br. Os clientes pagam uma mensalidade pelo uso da plataforma que oferece ao cliente: i) conteúdo para educação financeira (exemplos: vídeos, ebooks); ii) análises técnica e fundamentalista das empresas com ações negociadas na B3; iii) recomendações de investimento com alertas via app e email; iv) home broker; v) gráfico Bovespa em tempo real. Adicionalmente, conforme seu objeto social, a Toro Investimentos vem desenvolvendo softwares customizáveis e não customizáveis e que poderão ser utilizados e/ou vendidos para terceiros. 2 Base de preparação - 2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. 2.2. Bases de elaboração - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3. 2.3. Bases de consolidação e investimento em subsidiárias - As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Na consolidação, foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido da subsidiária, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados decorrentes de transações efetuadas entre as empresas. A Toro Controle foi constituída em 08 de fevereiro de 2017, dessa forma, a equivalência patrimonial de sua subsidiária Toro Investimentos, foi realizada dessa data em diante. 2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas - A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) definição da vida útil e do valor residual dos ativos intangíveis (Nota 14) e (ii) contabilização de provisão para contingências (Nota 20). A Companhia revisa suas estimativas e premissas de forma contínua e, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas. 2.5. Moeda funcional - A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real. As informações financeiras são apresentadas em reais (centavos omitidos), exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima. 3 Principais práticas contábeis - As principais práticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas e resumidas a seguir. (a) Contas a receber - O faturamento é efetuado com base em prazos normais e de crédito, e as contas a receber não estão sujeitas a juros. Ao final de cada período de relatório os valores contábeis de contas a receber de clientes e outras são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Se houver uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros ou perdas. (b) Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos, menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis. As taxas de depreciação dos bens do imobilizado são como segue:

Descrição	Taxas de depreciação
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamento de processamento de dados ...	20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de telefonia	10%
Benefícios em andamento	40%

(c) Intangível - Compreende o direito de uso de softwares adquiridos para uso no processo operacional, classificados como ativos

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em reais)

	Nota	Controladora	Consolidado
Receita líquida	23	-	10.217.132
Custos	24	-	(3.253.375)
Lucro bruto			6.963.757
Recursos (despesas) operacionais:			
Comerciais	24	-	(9.622.252)
Administrativas	24	(480.003)	(14.241.770)
Outras receitas e despesas	24	(13.110)	(219.048)
Depreciação e amortização	24	-	(517.180)
Equivalência patrimonial	12	(16.631.434)	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(17.124.547)	(17.636.493)
Receitas financeiras	25	1.395.747	2.138.468
Despesas financeiras	25	(5.348)	(236.123)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social ...		(15.734.148)	(15.734.148)
Imposto de renda	21	(200.32)	(200.32)
Contribuição social sobre o lucro ..	21	-	(80.756)
Prejuízo do exercício		(16.015.225)	(16.015.225)

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em reais)

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
Prejuízo do exercício	(16.015.225)	(16.015.225)
Outros resultados abrangentes	-	-
Itens que serão reclassificados p/ o resultado do exercício em períodos subsequentes ...	-	-
Itens que não serão reclassificados p/ o result. do exerc. em períodos subsequentes ...	-	-
Resultado abrangente total do exercício ...	(16.015.225)	(16.015.225)

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

4 Riscos - No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros: (i) risco de mercado; (ii) risco de crédito; e (iii) risco de liquidez. (i) Risco de mercado - O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposta somente a níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações. Os instrumentos financeiros da Companhia que são afetados pelo risco de mercado incluem: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) empréstimos; e (iii) fornecedores. - Risco de taxa de juros - É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro flutuem devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas obrigações. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos junto a instituições financeiras do país, que são substancialmente indexados à taxa de juros de longo prazo. O risco inerente surge da possibilidade de existirem aumentos relevantes na taxa de juros de longo prazo. - Risco cambial - É o risco de que o valor justo de determinado instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas cambiais. A Companhia contrata fornecedores estrangeiros, em grande parte relacionados a sistemas, na data da sua de suas operações. Tais fornecedores emitem suas faturas em moeda estrangeira, na sua maioria dólar americano. O risco, inerente surge da possibilidade de existirem aumentos relevantes na taxa de câmbio. (ii) Risco de crédito - O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes do varejo, em geral, pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto. Para o risco de caixa e equivalentes de caixa, os recursos são mantidos apenas em bancos brasileiros de grande porte. No caso de clientes, as vendas são liquidadas por boleto com pagamento antecipado ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. Devido à política adotada, não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração da Companhia não vislumbrou necessidade de constituir provisão para créditos de difícil liquidação (PCDL). (iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco em que a sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da sociedade. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Controladoria e Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros e depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia, em valores consolidados, mantinha um total de R\$13.642.108 em caixa e equivalentes de caixa, e um total de R\$3.989.417 de contas a receber de clientes e serviços a faturar que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. 5 Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas e dos investimentos definidos em planejamento estratégico de forma a oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas. Nesse sentido, a Companhia possui a política de manutenção de caixa líquido, sendo caixa líquido o saldo de caixa e equivalentes menos o total de empréstimos.

Saldos em 31 de dezembro de 2017

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
Empréstimos (Nota 16)	1.692.786	-
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) ..	13.642.108	-
Caixa líquido	11.949.324	-

6 Caixa e equivalentes de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
Caixa e bancos	24.698	858.226
Cotas de fundos de investimento	-	-
em renda fixa	4.859.041	12.783.882
Contas a receber	-	3.044.441
Serviços a faturar	-	3.044.441
Mútuos	20.463.826	20.463.826

Passivos financeiros:

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
Outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	937	1.162.640
Serviços a faturar	-	3.044.441
Empréstimos e financiamentos	-	1.692.786

Valor justo dos instrumentos financeiros:

As mensurações de valor justo são classificadas nos níveis de 1 a 3 de modo a refletir a significância das técnicas utilizadas no processo de mensuração. As mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. As mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). As mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado. Nos exercícios apresentados, a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro classificado como Nível 1 e 3. (i) Reconhecimento da receita - As receitas operacionais da sociedade têm origem em contratos de análise de investimentos firmados com os usuários do sistema e são reconhecidas com base nos serviços realizados em cumprimento às performances contidas nos respectivos contratos. As parcelas cujos serviços ainda não foram prestados são registradas em serviços a faturar no ativo circulante e em contrapartida com serviços a faturar no Passivo Circulante, e apropriadas em receita do período à medida que os serviços são prestados. (j) Reconhecimento das despesas - As despesas e custos são escriturados contabilmente com base e observância do regime de competência.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em reais)

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
Prejuízo do exercício	(16.015.225)	(16.015.225)
Ajustes ao prejuízo:		
Depreciações e amortizações ...	-	517.180
Baixa imobilizado e intangível	-	365.945
Equivalência patrimonial	16.631.434	-
Contingências	-	121.742
Juros sobre empréstimos	-	155.835
(Aumento) Redução dos ativos:		
Contas a receber	-	864.182
Adiantamentos	-	187.718
Outros ativos	-	(384.229)
Aumento (Redução) dos passivos:		
Fornecedores	937	(257.500)
Obrigações sociais e trabalhistas ...	42.449	560.817
Obrigações tributárias	19.314	1.963
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-
Adiantamento de clientes	281.076	281.077
Outros passivos não circulantes ..	-	(1.047.814)
Caixa gerado (aplicado) nas operações	959.985	(14.651.215)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(463.920)	(482.684)
Juros sobre empréstimos pagos ...	-	(159.51)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado) nas atividades operacionais ..	496.065	(15.293.418)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aumento de capital em subsidiária ..	(21.000.000)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em subsidiária	(5.000.000)	-
Mútuo com partes relacionadas captado ..	(20.681.640)	(20.681.640)
Mútuo com partes relacionadas pago	217.814	217.814
Aquisição de ativos intangíveis	-	(1.217.542)
Aquisição de ativos intangíveis	-	(1.707.611)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(46.463.826)	(23.388.979)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Captação de empréstimos	-	94.715
Pagamento de empréstimos	-	(1.574.914)
Integração de adiantamento para futuro aumento de capital	4.851.500	4.851.500
Aumento de capital	46.000.000	46.000.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	50.851.500	49.371.301
Saldo de caixa e equivalentes de caixa:		
(aplicado) no exercício	4.883.739	10.688.904
Saldo de caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício e em 08 de fevereiro de 2017 (Nota 1)	-	2.953.203
No final do exercício	4.883.739	13.642.108
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.883.739	12.688.904

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

11 Mútuo com partes relacionadas - Em 4 de outubro de 2017 foi firmado contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e os cinco sócios fundadores (mutuários) no valor total de R\$20.681.640. O valor mutuado foi disponibilizado aos mutuários em parcela única, na data do contrato, e não incidirá qualquer tipo de correção, remuneração ou juros. O valor do mútuo foi destinado exclusivamente ao aporte de capital na Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. pelos mutuários e deverá ser pago pelos mesmos à mutuante no prazo de até 5 (cinco) anos a contar da data do contrato. Até 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$217.814 já havia sido recebido dos cinco sócios fundadores e reduzido do saldo a receber do mútuo. 12 Investimentos - A Toro Controle foi constituída como sociedade empresária limitada em 08 de fevereiro de 2017 a partir da conferência de ações da controlada Toro Investimentos. Os saldos na data da constituição montam os seguintes:

Toro Investimentos - Balanço Patrimonial ATIVO

8 de fevereiro de 2017

Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	2.953.203
Contas a receber	1.809.158
Serviços a faturar	7.454.973
Impostos a recuperar	153.845
Adiantamentos	265.156
Outros ativos	108.347
Ativos não circulantes:	
Imobilizado	1.629.846
Intangível	3.314.072
Total dos ativos	17.688.600
PASSIVO	
Passivos circulantes:	
Fornecedores	1.420.140
Empréstimos e financiamentos	1.805.159
Obrigações sociais e trabalhistas	1.513.307
Obrigações tributárias	378.052
Serviços a faturar	7.454.973
Adiantamento de clientes	1.381.298
Passivos não circulantes:	
Empréstimos e financiamentos	1.371.508
Provisão para contingências	10.897
Outros passivos não circulantes	2.910
Capital social	11.635.638
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.400.000
Prejuízos acumulados	(10.685.283)
Total do patrimônio líquido	2.350.356
Total dos passivos	17.688.600

Em 31 de dezembro de 2017 a Toro Controle possuía participação integral e direta na controlada Toro Investimentos S.A. As participações no patrimônio líquido e resultado da Toro Investimentos no final do exercício são como segue:

	No patrimônio líquido	No resultado
		De 08 de fevereiro de 2017
		até 31 de dezembro 2017
Toro Investimentos S.A.	11.718.924	(16.631.434)

A movimentação do saldo de investimentos é como segue:

	2017
Saldo de aporte de capital da controlada - 08 fevereiro de 2017 (Nota 1)	2.350.358
Aumento de capital	21.000.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.000.000
Resultado de equivalência patrimonial ..	(16.631.434)
Saldo no final do exercício	11.718.924

O resumo das informações financeiras da subsidiária Toro Investimentos é como segue:

Toro Investimentos - Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2017

Ativos circulantes	13.740.407
Ativos não circulantes	6.755.946
Passivos circulantes	7.455.857
Passivos não circulantes	1.301.572
Patrimônio Líquido	11.718.924

Toro Investimentos - Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Receita líquida	11.136.493
Custos e despesas totais	(28.850.702)
Depreciação e amortização	(538.713)
Resultado financeiro, líquido	498.073
Prejuízo do exercício	(17.754.849)

Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2017, o aumento do capital social subscrito e integralizado no valor de R\$21.000.000 na Toro Investimentos, mediante aporte da Controladora, Toro Controle.

Página 1/2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em reais)			
	Nota	Controladora	Consolidado
Receita líquida	23	-	10.217.132
Custos	24	-	(3.253.375)
Lucro bruto			6.963.757
Recargas (despesas) operacionais:			
Comerciais	24	-	(9.622.252)
Administrativas	24	(480.003)	(14.241.770)
Outras receitas e despesas	24	(13.110)	(219.048)
Depreciação e amortização	24	-	(517.180)
Equivalência patrimonial	12	(16.631.434)	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(17.124.547)	(17.636.493)
Receitas financeiras	25	1.395.747	2.138.468
Despesas financeiras	25	(5.348)	(236.123)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(15.734.148)	(15.734.148)
Imposto de renda	21	(200.321)	(200.321)
Contribuição social sobre o lucro	21	(80.756)	(80.756)
Prejuízo do exercício		(16.015.225)	(16.015.225)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em reais)			
	Nota	Controladora	Consolidado
Prejuízo do exercício		(16.015.225)	(16.015.225)
Outros resultados abrangentes		-	-
Itens que serão reclassificados p/ o resultado do exercício em períodos subsequentes ...		-	-
Itens que não serão reclassificados p/ o resultado do exerc. em períodos subsequentes ...		-	-
Resultado abrangente total do exercício ...		(16.015.225)	(16.015.225)

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

4 Riscos - No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros: (i) risco de mercado; (ii) risco de crédito; e (iii) risco de liquidez. (i) **Risco de mercado** - O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposta somente a níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações. Os instrumentos financeiros da Companhia que são afetados pelo risco de mercado incluem: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) empréstimos; e (iii) fornecedores. - Risco de taxa de juros - É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro flutuem devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas obrigações. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos junto a instituições financeiras do país, que são substancialmente indexados à taxa de juros de longo prazo. O risco inerente surge da possibilidade de existirem aumentos relevantes na taxa de juros de longo prazo. - Risco cambial - É o risco de que o valor justo de determinado instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas cambiais. A Companhia contrata fornecedores estrangeiros, em grande parte relacionados a sistemas, no dia a dia de suas operações. Tais fornecedores emitem suas faturas em moeda estrangeira, na sua maioria dólar americano. O risco inerente surge da possibilidade de existirem aumentos relevantes na taxa de câmbio. (ii) **Risco de crédito** - O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes do varejo, em geral, pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto. Para o risco de caixa e equivalentes de caixa, os recursos são mantidos apenas em bancos brasileiros de grande porte. No caso de clientes, as vendas são liquidadas por boleto com pagamento antecipado ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. Devido à política adotada, não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração da Companhia não vislumbrou necessidade de constituir provisão para créditos de difícil liquidação (PCDL). (iii) **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da sociedade. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Controladoria e Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros e depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia, em valores consolidados, mantinha um total de R\$13.642.108 em caixa e equivalentes de caixa, e um total de R\$3.989.417 de contas a receber de clientes e serviços a faturar que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. **5 Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas e dos investimentos definidos em planejamento estratégico de forma a oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas. Nesse sentido, a Companhia possui a política de manutenção de caixa líquido, sendo caixa líquido o saldo de caixa e equivalentes menos o total de empréstimos.

Saldos em 31 de dezembro de 2017

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
Empréstimos (Nota 16)	1.692.776	1.692.776
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) ..	13.642.108	13.642.108
Caixa líquido	11.949.324	11.949.324
6 Caixa e equivalentes de caixa		
A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa é como segue:		
Caixa e bancos	24.698	858.226
Cotas de fundos de investimento em renda fixa	4.859.041	12.783.882
Total	4.883.739	13.642.108
Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações em cotas de fundos de investimentos em renda fixa apresentaram remuneração média de 8,00% a.a. e possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.		

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
Contas a receber de clientes	-	944.976
Serviços a faturar	-	3.044.441
Total	-	3.989.417
Em 31 de dezembro de 2017 não existia nenhum valor vencido a receber de clientes uma vez que se referem a recebíveis de cartões de crédito, e tampouco se vislumbrou a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os serviços a faturar se referem a compras de planos da plataforma Toro Radar de forma parcelada pelos clientes e que os serviços ainda não foram prestados. A medida que a prestação ocorrer, o conta a receber e a receita são reconhecidos. Os recebimentos das vendas realizadas ocorrem em período de até 12 meses.		

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
IRRF sobre aplicações financeiras ...	153.475	302.537
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	310.098	310.098
Outros impostos	347	23.894
Total	463.920	636.529
9 Adiantamentos		
Adiantamento de férias	-	66.357
Adiantamento a fornecedores	-	11.080
Total	-	77.437
10 Outros ativos circulantes		
	Controladora	Consolidado
	2017	2017
Despesas antecipadas	-	352.884
Outros ativos circulantes	-	389.992
Total	-	742.576
As despesas antecipadas se referem principalmente a serviços de software.		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em reais)			
	Controladora	Consolidado	
	2017	2017	
Prejuízo do exercício	(16.015.225)	(16.015.225)	
Ajustes ao prejuízo:			
Depreciações e amortizações ...	-	517.180	
Baixa imobilizado e intangível ...	-	365.945	
Equivalência patrimonial	16.631.434	-	
Contingências	-	121.742	
Juros sobre empréstimos	-	155.835	
(Aumento) Redução dos ativos: Contas a receber	-	864.182	
Adiantamentos	-	187.718	
Outros ativos	-	(384.229)	
Aumento (Redução) dos passivos: Fornecedores sociais e trabalhistas ..	937	(257.500)	
Obrigações sociais e trabalhistas ..	42.449	560.817	
Obrigações tributárias	19.314	1.963	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	281.076	281.077	
Adiantamento de clientes	-	(1.047.814)	
Outros passivos não circulantes ..	-	(2.916)	
Caixa gerado (aplicado) nas operações	959.985	(14.651.215)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(463.920)	(482.684)	
Juros sobre empréstimos pagos ..	-	(159.519)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais ..	496.065	(15.293.418)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aumento de capital em subsidiária ..	(21.000.000)	-	
Adiantamento para futuro aumento de capital em subsidiária	(5.000.000)	-	
Mútuo com partes relacionadas captado	(20.681.640)	(20.681.640)	
Mútuo com partes relacionadas pago ..	217.814	217.814	
Aquisição de ativos imobilizados ..	-	(1.217.542)	
Aquisição de ativos intangíveis ..	-	(1.707.611)	
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(46.463.826)	(23.388.979)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Captação de empréstimos	-	94.715	
Pagamento de empréstimos	-	(1.574.914)	
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	4.851.500	4.851.500	
Aumento de capital	46.000.000	46.000.000	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	50.851.500	49.371.301	
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) no exercício	4.883.739	10.688.904	
Saldo de caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício e em 08 de fevereiro de 2017 (Nota 1) ...	-	2.953.203	
No final do exercício	4.883.739	13.642.108	
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	4.883.739	12.088.904	

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

11 Mútuo com partes relacionadas - Em 4 de outubro de 2017 foi firmado contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e os cinco sócios fundadores (mutuários) no valor total de R\$20.681.640. O valor mutualizado foi disponibilizado aos mutuários em parcela única, na data do contrato, e não incidirá qualquer tipo de correção, remuneração ou juros. O valor do mútuo foi destinado exclusivamente ao aporte de capital na Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. pelos mutuários e deverá ser pago pelos mesmos à mutuante no prazo de até 5 (cinco) anos a contar da data do contrato. Até 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$217.814 já havia sido recebido dos cinco sócios fundadores e reduzido do saldo a receber do mútuo. **12 Investimentos** - A Toro Controle foi constituída como sociedade empresária limitada em 08 de fevereiro de 2017 a partir da conferência de ações da controladora Toro Investimentos. Os saldos na data da constituição montam os seguintes:

Toro Investimentos - Balanço Patrimonial		8 de fevereiro de 2017	
ATIVO			
Ativos circulantes:			
Caixa e equivalentes de caixa		2.953.203	
Contas a receber		1.809.158	
Serviços a faturar		7.454.973	
Impostos a recuperar		153.845	
Adiantamentos		265.156	
Outros ativos		108.347	
Ativos não circulantes:			
Imobilizado		1.629.846	
Intangível		3.314.072	
Total dos ativos		17.688.600	
PASSIVO			
Passivos circulantes:			
Fornecedores		1.420.140	
Empréstimos e financiamentos		1.805.159	
Obrigações sociais e trabalhistas		1.513.307	
Obrigações tributárias		378.052	
Serviços a faturar		7.454.973	
Adiantamento de clientes		1.381.298	
Passivos não circulantes:			
Empréstimos e financiamentos		1.371.508	
Provisão para contingências		10.897	
Outros passivos não circulantes		2.910	
Capital social		11.635.638	
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.400.000	
Prejuízos acumulados		(10.685.283)	
Total do patrimônio líquido		2.350.356	
Total dos passivos		17.688.600	
Em 31 de dezembro de 2017 a Toro Controle possuía participação integral e direta na controlada Toro Investimentos S.A.			
As participações no patrimônio líquido e resultado da Toro Investimentos no final do exercício são como segue:			
	No patrimônio líquido	No resultado De 08 de fevereiro de 2017 até 31 de dezembro 2017	
Toro Investimentos S.A.	11.718.924	(16.631.434)	
A movimentação do saldo de investimentos é como segue:			

TORO CONTROLE E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA
CNPJ: 27.073.081/0001-06

13 Imobilizado				
A composição dos saldos do imobilizado é como segue:				
	Saldo em 08/02/2017 (i)	Adições / Transferências (ii)	Baixas / Transferências (ii)	Consolidado Saldo final 31/12/2017
Custo:				
Instalações	25.823	-	(25.823)	-
Máquinas e equipamentos	332.074	242.772	(329.423)	245.423
Equipamento de processamento de dados	823.815	262.161	330.883	1.416.859
Móveis e utensílios	108.940	302.895	(39.276)	372.559
Equipamentos de telefonia	348	6.211	(6.330)	229
Benefitorias em imóveis de terceiros	8.374	643.346	(147.503)	504.217
Construções em andamento	369.818	503.091	(872.909)	-
	1.669.192	1.960.476	(1.090.381)	2.539.287
Depreciação acumulada:				
Instalações	(201)	(2.367)	2.568	-
Máquinas e equipamentos	(2.358)	(42.632)	21.006	(23.984)
Equipamento de processamento de dados	(34.123)	(157.542)	(64.228)	(255.893)
Móveis e utensílios	(2.441)	(27.256)	180	(29.517)
Benefitorias em imóveis de terceiros	(219)	(28.142)	(145.597)	(174.288)
Equipamentos de telefonia	(4)	(379)	(81)	-
	(39.346)	(258.318)	(186.099)	(483.763)
	1.629.846			2.055.524

Valor contábil, líquido
(i) Saldo em 08/02/2017 da subsidiária Toro Investimentos.
(ii) As adições e baixas no período, líquida das transferências entre os grupos somaram R\$ 1.217.542 e R\$347.448, respectivamente.

14. Intangível				
A composição dos saldos do intangível é como segue:				
	Saldo em 08/02/2017 (i)	Adições	Baixas	Consolidado Saldo final 31/12/2017
Custo				
Tecnologia backend (a)	1.031.178	1.206.576	-	2.237.754
Tecnologia frontend (a)	1.670.449	51.543	-	1.721.992
Sistemas aplicativos "softwares" (b)	365.675	96.033	(5.183)	456.525
Marcas, direitos e patentes (c)	353.458	13.314	-	350.000
Outros	250.000	128.000	(378.000)	-
	3.327.158	1.835.610	(18.497)	4.766.271
Amortização acumulada				
Sistema aplicativos "softwares" (d)	(13.085)	(72.763)	-	(85.848)
	3.314.072			4.680.422

(i) Saldo em 08/02/2017 da subsidiária Toro Investimentos.
(ii) Bens foram transferidos para parte relacionada do grupo - Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - e os direitos foram contabilizados no ativo circulante
(a) O saldo de R\$3.959.746 relativo à tecnologia "backend" e "frontend" se refere a ativo intangível gerado internamente. Conforme seu objeto social, a Toro Investimentos desenvolve programas de computador customizáveis e não customizáveis. Até 31 de dezembro de 2017 o investimento em tais programas ainda estava em curso. A expectativa da Companhia é que tais ativos sejam amortizados em 36 meses, quando do início da utilização e/ou comercialização de tais programas. (b) Se refere a softwares utilizados por várias áreas da Companhia no dia a dia de suas operações. (c) Se refere, principalmente, à marca registrada Toro Investimentos. Tal ativo possui vida útil indefinida e, ao menos, anualmente, é avaliado o valor de sua recuperação. (d) A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos softwares que é de 5 anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

15 Fornecedores			
	Controladora 2017	Consolidado 2017	
Fornecedores nacionais	937	1.142.408	
Fornecedores estrangeiros	-	20.233	
Total	937	1.162.640	
16 Empréstimos e financiamentos			
A composição do saldo de empréstimos é como segue:			
	Controladora 2017	Consolidado 2017	
BNDES (a)	-	568.286	
BDMG (b)	-	1.124.499	
Total	-	1.692.785	
Passivo circulante	-	523.853	
Passivo não circulante	-	1.168.933	

As principais características dos empréstimos são apresentadas a seguir:
(a) **BNDES:** Empréstimos contraiados para aquisição de bens do ativo imobilizado e serão pagos em 48 parcelas mensais, ao custo de 1,19% ao mês, com vencimento em outubro de 2020. (b) **BDMG:** O financiamento obtido junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG tem como finalidade financiar a ampliação dos serviços atualmente oferecidos pela sociedade para a realização de melhorias na plataforma do seu produto, e sendo pago em 60 parcelas mensais com vencimento final previsto para abril de 2021. O financiamento incorre em encargos financeiros fixados pela TJLP, sendo garantido por propriedade fiduciária. O empréstimo possui garantias pessoais dos sócios fundadores e seus familiares, são elas: aval, cessão fiduciária de aplicações financeiras, fiança e alienação fiduciária de imóveis.

Movimentação empréstimos			
	Controladora 2017	Consolidado 2017	
Saldo inicial (i)	-	3.176.667	
Captações	-	94.715	
Juros e encargos financeiros	-	155.835	
Amortização de principal	-	(1.574.914)	
Amortização de juros	-	(159.519)	
Saldo final	-	1.692.785	

(i) Saldo em 08/02/2017 da subsidiária Toro Investimentos.

17 Obrigações sociais			
	Controladora 2017	Consolidado 2017	
Salários	32.302	554.798	
INSS	10.147	299.768	
FGTS	-	81.253	
Provisão de férias	-	1.108.795	
Outras obrigações sociais	-	29.510	
Total	42.449	2.074.124	

18 Obrigações tributárias			
	Controladora 2017	Consolidado 2017	
PIS	204	11.139	
COFINS	1.256	52.012	
IRRF sobre folha de pagamento	17.854	260.730	

no aumento de capital ocorrido no dia 10 de março de 2017 no valor de R\$46.000.000. c) **Dividendos** - A parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.
(d) **Adiantamento para futuro aumento de capital** - Em 20 de dezembro de 2017 foi realizado adiantamento para futuro aumento de capital na Toro Controle no montante de R\$4.851.500 e no dia 28 de dezembro de 2017 a Toro Controle, por sua vez, efetuou adiantamento para futuro aumento de capital na Toro Investimentos no valor de R\$5.000.000. Ambos foram integralizados em janeiro de 2018.
23 Receitas líquidas - A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações dos resultados dos exercícios é como segue:

	Controladora De 08/02/2017 até 31/12/2017	Consolidado De 08/02/2017 até 31/12/2017
Receita bruta	-	11.605.862
Impostos sobre a receita (i)	-	(1.388.730)
Receita líquida	-	10.217.132

(i) Referem-se a: (a) ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza; (b) PIS – Programa de Integração Social e (c) COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.

24 Natureza dos custos e das despesas			
	Controladora De 08/02/2017 até 31/12/2017	Consolidado De 08/02/2017 até 31/12/2017	
Sistemas	-	2.518.770	
Publicidade	-	4.396.847	
Salários, encargos e benefícios	466.363	15.128.641	
Aluguel, condomínio e IPTU	-	1.245.887	
Serviços de terceiros	12.204	656.002	
Viagens	-	437.248	
Depreciação e amortização	-	517.180	
Contingências	-	35.123	
Impostos de importação	-	237.967	
Taxas cartão de crédito	-	300.044	
Taxa Bovespa	-	904.465	
Outros	14.546	1.475.451	
Total custos e despesas	493.113	27.853.625	

25 Resultado financeiro			
	Controladora De 08/02/2017 até 31/12/2017	Consolidado De 08/02/2017 até 31/12/2017	
Receita de juros de aplicações financeiras ..	1.463.806	2.219.898	
PIS/COFINS sobre receita financeira ..	(68.067)	(116.355)	
Outras receitas financeiras	8	34.925	
Total das receitas financeiras	1.395.747	2.138.468	
Despesa de juros sobre empréstimos	-	(155.835)	
Outras despesas financeiras	(5.348)	(80.288)	
Total das despesas financeiras	(5.348)	(236.123)	
Total do resultado financeiro	1.390.399	1.902.345	

Receita de juros de aplicações financeiras ..
PIS/COFINS sobre receita financeira ..
Outras receitas financeiras ..
Total das receitas financeiras
Despesa de juros sobre empréstimos ..
Outras despesas financeiras ..
Total das despesas financeiras
Total do resultado financeiro
26 Aprovação das demonstrações financeiras - Os diretores estatutários da Toro Controle e Participações S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Getúlio Vargas 671, Funcionários, Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ 27.073.081/0001-06 ("Companhia"), revisaram, aprovaram e autorizaram para divulgação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 5 de abril de 2018.

GABRIEL MORAES CARVALHAES KALLAS

Sócio Administrador
CPF 109.202.156-61

GUILHERME ALVES CAMARGOS

Sócio Administrador
CPF 110.289.036-77

MÁRCIO PLACEDINO BICALHO MARTINS

Sócio Administrador
CPF 065.247.366-05

GIZELE MARTINS RAMOS
Contadora CRCMG 066.291/O-6
CPF 901.253.636-72

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas
Toro Controle e Participações S.A. e controlada
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Toro Controle e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Toro Controle e Participações S.A. e controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Toro Controle e Participações S.A. e Toro Controle e Participações S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras

e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
· Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
· Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

· Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
· Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
· Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 5 de abril de 2018

**PricewaterhouseCoopers
Auditor Independente
CRC 25P000160/O-5**

**Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0**

Página 2/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO MG. Aviso de Pregão 17/2018. Através de sua Pregoeira Oficial, torna pública a abertura do Processo Licitatório no 060/2018, na modalidade Pregão no 17/2018, na forma presencial, do tipo menor por item, regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, e demais condições fixadas no instrumento convocatório. Objeto Contratação de empresa para aquisição de óleos lubrificantes para a frota de veículos do Município de Santa Cruz do Escalvado MG. Credenciamento e abertura dos envelopes: 26/04/2018 até 09h00min. Local: Rua Capitão Luiz Sette, 130, Centro, Santa Cruz do Escalvado MG. Informações pelo telefone (31) 3883 1152, das 13h00min às 16h00min. O edital e seus anexos encontram se disponíveis no endereço acima na sede. Pregoeira – Patrícia Travassos Vieira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES/MG
EXTRATO DE CONTRATO EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES E VIDA BOA SHOWS E EVENTOS. CONTRATO Nº 007/2018; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL DA DUPLA VICTOR E LEO NO DIA 23/06/2018 DURANTE OS FESTEJOS DO PADROEIRO DA CIDADE DE SÃO JOÃO BATISTA NESTE MUNICÍPIO. LICITAÇÃO: PROCESSO Nº 015/2018, INEXIGIBILIDADE Nº01/2018 VALOR GLOBAL: R\$ 190.000,00 VIGÊNCIA: 09/04/2018 À 31/12/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES – MG, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial para eventual Registro de Preços, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei 10.520/02, 8.666/93 e do Decreto Municipal nº 0052/2007, para CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E/OU EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE ANÁLISE DE EXAMES DE LABORATÓRIO NESTE MUNICÍPIO no dia 03/05/2018. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de São João das Missões, situada a Praça Vicente de Paula, nº300 – B – Centro – CEP 39.475-000 – São João das Missões (MG). Informações: (38)3613-8230 E-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br, www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br. São João das Missões, 12 de Abril de 2018. Aryadna Santana de Sousa – Pregoeira
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018 O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES – MG torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial para eventual Registro de Preços, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei 10.520/02, 8.666/93 e do Decreto Municipal nº 0052/2007, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TRIBUTÁRIA no dia 04/05/2018. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de São João das Missões, situada a Praça Vicente de Paula, nº300 – B – Centro – CEP 39.475-000 – São João das Missões (MG). Informações: (38)3614-8230 E-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br, www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br. São João das Missões, 12 de Abril de 2018. Aryadna Santana de Sousa – Pregoeira

STETIK GROUP PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ/MF Nº 13.370.301/0001-59 - NIRE 313.001.0709-4 - **Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária** - Ficam convocados os Senhores Acionistas da Stetik Group Participações S/A ("Companhia") na forma prevista no Art. 124 da Lei n. 6.404/1976, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 27 de abril de 2018, às 10:00, excepcionalmente em local diverso da sede social, contudo, na mesma localidade, ocorrendo na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Paraibita, 1.000, Térreo, bairro Funcionários, CEP 30.130-145, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, se houver; (iii) deliberar sobre a eleição da Diretoria; (iv) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal e, se for o caso, a eleição dos seus respectivos membros. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia, em especial este Edital, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Para participação e deliberação na Assembleia, os acionistas deverão comprovar sua titularidade das ações, por meio do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, e apresentar documento de identidade. Aos acionistas que se fizerem representar por meio de procurador, solicitamos que o instrumento de mandato, nos termos do Art. 126 da Lei n. 6.404/76, seja depositado na sede da Companhia, preferencialmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia. Belo Horizonte, 11 de abril de 2018. **Euler Alves Brandão** – Diretor

EDITAL- USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL Nº. 27/2018. A Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turmalina-MG, situado na rua João Maciel, n.º. 157, Centro, Turmalina-MG, CEP 39.660-000, NÍVIA SIMONE GODINHO ALVES, leva ao conhecimento de terceiros e a quem possa interessar, que se encontra nesta serventia, protocolado sob o nº. 12.608, de 08/03/2018, autuado sob o nº 27/2018, REQUERIMENTO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO EXTRAJUDICIAL DE IMÓVEL URBANO, previsto no artigo 1.238 do CC Brasileiro, formulado por, JOSÉ FRANCISCO DA SILVA, brasileiro, RG M-5.473.242 SSP/MG e CPF nº 388.650.096-91, mecânico e MARIA DA NATIVIDADE DE MACEDO SILVA, brasileira, RG M-7806.197 SSP/MG, CPF/MF nº 768.261.396-34, doméstica, casadas na data 23/07/1983 sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliadas na Rua Piauí, nº275, bairro São João Batista, nesta cidade de Turmalina-MG, endereço eletrônico jovem.balcadodenegocios@gmail.com, referente a um lote localizado na rua Piauí, nº. 275, bairro São João Batista, na cidade de Turmalina-MG, com área de 412,50 m², com a seguintes descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01, de coordenadas N 8.087.601,60m e E 741.850,61m; deste, segue confrontando com Ozeia Martins da Trindade, com os seguintes azimutes e distâncias: 137°17'06" e 12,06 m até o vértice 02, de coordenadas N 8.087.592,74m e E 741.858,79m deste, segue confrontando com Francisco Reginaldo Alves de Macedo, com os seguintes azimutes e distâncias: 238°43'48" e 34,77 m até o vértice 03, de coordenadas N 8.087.574,70m e E 741.829,07m; deste, segue confrontando com Rua Piauí, com os seguintes azimutes e distâncias: 311°22'20" e 12,03 m até o vértice 04, de coordenadas N 8.087.582,65m e E 741.820,05m; deste, segue confrontando com Maria José Alves de Macedo, com os seguintes azimutes e distâncias: 58°11'49" e 35,97 m até o vértice 01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Fechando assim um perímetro de 94,83 m metros. Com as seguintes benfeitorias: Uma casa de moradia contendo 07 (sete) cômodos: 04 (quatro) quartos, 01 (uma) cozinha, 01 (um) banheiro e 01 (uma) sala, mais um cômodo de 02 (dois) andares contendo 02(dois) quartos. E um muro. Alegam que detêm posse sobre o imóvel, desde há mais de 40 anos. Pelo presente edital, ficam intimados terceiros eventualmente interessados e titulares de direitos reais e de outros direitos no imóvel objeto do pedido e dos imóveis confrontantes, para se manifestarem em relação ao pedido, apresentando impugnação escrita (com expressa menção ao protocolo a que se refere) perante a Oficial de Registro de Imóveis no endereço constante deste Edital com as razões da sua discordância em 15 (quinze) dias corridos a contar da publicação deste, ciente de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste edital implicará em anulação do pedido de usucapião. Turmalina, 09, de Abril de 2018. A Oficial do Cartório do 1º Registro de Imóveis de Turmalina. Nívia Simone Godinho Alves:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG. Aviso de Licitação. **Pregão Presencial nº 25/2018**, do Tipo Menor Preço, julgamento por Item, para Aquisição de Material Esportivo e Material e Equipamentos para Fisioterapia. Sessão dia 26/04/2018 às 09h00min. Maiores informações pelo telefone (33) 3339-2712. Edital disponível no site oficial do Município: www.manhuacu.mg.gov.br. Comissão Permanente de Licitação.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
EMPREGADOS DA SAMARCO MINERAÇÃO S.A. LTDA. - CREDISAM
CNPJ Nº: 20.622.809/0001-62 NIRE: 31400002189**
O Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Samarco Mineração S.A. Ltda. - CREDISAM no uso das atribuições legais e estatutárias, convoca os associados desta cooperativa em número de 1.066 (mil e sessenta e seis), em pleno gozo de seus direitos sociais, para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26 (vinte e seis) de abril de 2018, na Rua Paraibita, nº1.122 – 10º andar, na cidade de Belo Horizonte/MG, em primeira convocação às 10h00min com a presença de 2/3 (dois terços), do número total de associados. Caso não haja número legal para instalação ficam desde já convocados para a segunda convocação, às 11h00min no mesmo dia e local com a presença de metade mais 1 (um) do número total de associados. Persistindo a falta de "quórum legal", a Assembleia realizar-se-á no mesmo dia e local, em terceira e última convocação às 12:00 horas com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Pauta da Assembleia Geral Ordinária – a) Leitura para discussão e julgamento do Relatório do Conselho de Administração; b) Balanço Patrimonial; c) Demonstração do Resultado e demais contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017;

		COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS EMPREGADOS DA SAMARCO MINERAÇÃO S.A LTDA		2/2
CNPJ nº 20.622.809/0001-62				
compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade. Gerenciamento de Capital 1. A estrutura de gerenciamento de capital da Credisam objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011. 2. Conforme preceito o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Credisam aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br. 3. O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de: a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas; b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob; c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.		4. Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob. 14. Índice de Baseleia As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades. 15. Outros assuntos Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º 3.360/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012. Em razão disso, foi criada, no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Riscos, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018. Belo Horizonte, 23 de março de 2018. Roberta Guasti Porto - Diretora Presidente; Carlos Antônio de Amorim Neto - Diretor Administrativo; Rodrigo Otávio F. de Abreu - Diretor Financeiro; Lucas Brandão Filho - Contador - CRC MG-04642/O-5 T-ES		
RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Samarco Mineração S.A. Ltda. - CREDISAM Belo Horizonte - MG Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Samarco Mineração S.A. Ltda. - CREDISAM, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CREDISAM em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.		Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos		
		opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte/MG, 11 de abril de 2018.		
		 Elisângela de Cássia Lara - Contadora CRC MG 086.574/O CNJ 3.750		

Prefeitura Municipal de Mirai publica Tomada de Preço nº 001/2018 – Processo nº 037/2018 Requestante: SMO Objeto: Contratação de empresa especializada para EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO em ruas do distrito de Santo Antônio do Rio Preto Mirai MG– Abertura da sessão de licitação dia 02/05/2018 às 09:00 horas, na Praça Raul Soares nº 126 – Bairro Centro Mirai/MG Edital poderá ser obtido junto ao setor de licitação da Prefeitura de Municipal de Mirai Maiores informações pelo telefone (32) 3426 1288. Mirai, 12 de abril de 2018. Luiz Fortuque–Prefeito de Mirai. Publique-se.

VÚ DE ITAPECEIRICA/MG-EDITAL DE PRAÇA
Saibam quanto o presente edital que **dia 26/04/18**, às 13h, no **Fórum**, R. Vigário Antunes, 276, será levado a praça o bem: **Proc.: 0335.15.001924-8** de Henrique Martins da Mata contra Alcino Geraldo de Oliveira. Bem: Terreno rural c/ 6ha de terras de cultura/plantação de café, no lugar denom. Faz. Cachoeira das Matas, Camacho/MG, SRI local nº 21.284, R\$ 90.000,00. Quem pretender arrematar, deverá comparecer no endereço/dia/h. indicados. Não alcançando lance sup. a avaliação, será feita a venda a quem mais der, em 2ª Praça, às 14h, mesmo endereço, Leiloeiros: Thaís C. Bastos Teixeira e Alessandro de A. Teixeira. Caso o executado/repres. legal/cônj. não sejam intimados pessoalm., os mesmos considerar-se-ão intimados p/ este edital. O presente será afix. no saguão forense e public. na forma da Lei. Em, 19/03/18.
Luciana J. M. Ribeiro Magalhães-Oficial de Apoio Judicial
Altair Resende de Alvarenga-Juiz de Direito



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - MG - ESTADO DE MINAS GERAIS/ MG
Oficial: Marisa S.N.O. Andrade
Substituto: Janice Aleixo Alves

EDITAL DE INTIMAÇÃO
INTIMA: ADENIZIO CARLOS PEREIRA | INTIMA: KELLY APARECIDA SILVA PEREIRA
MARISA SILVEIRA NETO OTAVIANO ANDRADE, Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão das Neves/MG, na forma da lei, etc., utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de **financiamento nº 10115999808**, Intima o **Sr. ADENIZIO CARLOS PEREIRA** e a **Sra. KELLY APARECIDA SILVA PEREIRA**, residentes em local incerto e não sabido, para satisfazer, tendo em vista a infrutífera tentativa de intimação pessoal, na forma da lei no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que vencerem até a data do pagamento com juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação referente ao contrato e venda garantindo por alienação fiduciária, firmado em 07/10/2008, registrado sob o nº R-3, e na **matrícula 22910** deste serviço referente ao imóvel situado a **Rua Dezessete, nº 17, Bairro: Conjunto Habitacional Nova Pampulha, CEP: 33937-270**, Ribeirão das Neves/MG, com saldo devedor em 11/04/2018 Perfaz o montante de **R\$ 3.626,82**, relativo as prestações vencidas e não pagas, devendo comparecer a **ITAÚ UNIBANCO S/A**, onde devera pagar o debito acima discriminado, purgando-se a mora sob pena de se consolidar a propriedade em nome do credor fiduciário. Dado e passado nest cidade de Ribeirão das Neves. Ribeirão das Neves, 11 de Abril de 2018. A Oficial.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O presidente da União dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – UNAFISCO-MG, nos termos do artigo 25 § 5º do seu Estatuto, convoca os associados para as eleições da Diretoria e do Conselho Fiscal, a realizar-se em sua sede, na Rua Espírito Santo, 616 – 12º andar, Belo Horizonte/MG, no dia 03/05/2018, quinta-feira de 09h00 as 17h00.
O direito de voto poderá ser exercido também por correspondência. As instruções foram encaminhadas juntamente com o material de votação, através dos correios, a todos os associados.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2018.

José Nísio Miranda
Presidente

Edital de Citação e Intimação - Comarca de Belo Horizonte - prazo deste de 30 (trinta) dias, O Dr. José Maurício Cantarino Villela, Juiz de Direito da 29ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc... Pelo presente EDITAL, extraído dos autos de nº 5044497-46.2016.8.13.0024 - Ação de Despejo Por Falta de Pagamento, ajuizada por Lucas Roberto Pereira da Silva em face de Romeu Fonseca Trindade - CPF: 137.051.996-68 e Roberto Fonseca Trindade - CPF: 160.470.366-00, alegando que mediante contrato de locação o Requerente locou aos Requeridos, o imóvel comercial constituído pela Loja com endereço à Rua Professor Moraes, nº 158-A, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, MG, pelo período de 20 de maio de 2008 a 19 de maio de 2012, tendo o contrato passado a vigorar por prazo indeterminado, pela permanência dos locatários no imóvel. O valor inicial do aluguel, em maio de 2008, era de R\$1.700,00, e, corrigido pelo IGPIM-FGV para maio de 2014, o valor devido era de R\$2.508,49, mas, por liberalidade do Requerente, tal importância foi arredondada para R\$2.500,00, valor do último aluguel pago, em 19/01/2016, sendo que, em maio de 2015, a correção pelo IGPIM resultou no aluguel mensal de R\$2.608,05. Os Requeridos não pagam os aluguéis desde o vencimento de 19/02/2015, sendo que o débito atual importa em R\$48.556,99 (quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa e nove centavos), apurado conforme planilha ao final. E por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, determinou-se a expedição do presente EDITAL através do qual fica o requerido Roberto Fonseca Trindade - CPF: 160.470.366-00 devidamente CITADO para os termos da ação retro mencionada deverá oferecer sua defesa, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de revelia. Será nomeado curador especial em caso de revelia. Cientifique-se a parte ré, ainda, de que poderá evitar a rescisão da locação - desde que não tenha exercido essa faculdade nos 24 meses anteriores à propositura dessa ação - efetuando, no prazo de 15 dias, contados da citação, o pagamento do débito atualizado, independentemente de cálculo e mediante depósito judicial, incluídos os aluguéis e acessórios da locação que vencerem até a sua efetivação, as multas ou penalidades contratuais, os juros de mora, as custas e os honorários do advogado do locador, estes no montante fixado no contrato de locação ou, no silêncio deste, em 10% sobre o valor do débito. Para conhecimento de todos, eventuais sucessores e terceiros interessados, será ele afixado em lugar de costume, no átrio do Fórum deste Juízo e publicado única vez no Diário de Justiça Eletrônico - órgão oficial (sítio do TJMG) em obediência aos requisitos da ampla publicidade, autenticidade e segurança, o comando do artigo 257 do novo Código de Processo Civil e ao artigo 14 da Resolução 234, de 13 de julho de 2016 do Conselho Nacional de Justiça, já que até implantação do Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) as intimações dos atos processuais serão realizadas via Diário de Justiça Eletrônico (DJE) do próprio órgão (art.14 da Resolução supracitada do CNJ). Belo Horizonte,, 05 de abril de 2018. Eu, (a) Márcio Henrique Chaves - Escrivão Judicial. (o) José Maurício Cantarino Villela Juiz de Direito da 29ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, o assino.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG
Aviso de Licitação–Chamada Publica nº 0003/2018– Processo nº 0114/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Chamada Publica nº 0003/2018 chamada publica para futuras aquisições de **gêneros alimentícios agricultura familiar** . Data e horário da sessão: 04/05/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.
João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG
Aviso de Licitação–Pregão nº 0029/2018– Processo nº 0115/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 29/REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MARMITEX E REFEIÇÃO. Data e horário da sessão: 27/04/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra – se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.
João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

MEDINVEST PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS S/A - CNPJ/MF 07.223.982/0001-20
- **Edital de Convocação** nos termos do Art. 124, §1º, Inciso I, da Lei 6.404/76 para comparecimento dos acionistas da Medinvest Participações em Empresas S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.223.982/0001-20, com atos de Transformação registrados na Jucemg sob o Nire 31300113981, em 19/02/2016, para comparecerem a **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** que será realizada, em primeira convocação, no dia 20/04/2018, às 19h00m, na sede da sociedade, localizada na Av. Dr. Jaime do Rego Macedo, nº 97, Centro, Barbacena, MG, Cep 36.200-032. **Assunto:** Aprovação das contas da sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017; Eleição dos membros do Conselho de Administração; Eleição dos Diretores que irão representar a sociedade. **Deliberações/Ordem do Dia:** A Assembleia terá como objetivo deliberar em primeiro lugar a aprovação das contas da sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, em segundo lugar eleger os membros do Conselho de Administração e, em terceiro e último lugar, eleger os Diretores que irão representar a sociedade.

**Edital de Leilão**
SICOOB CREDIVASS
- **Edital de Leilão 001/2018– Leiloeiro Fernando C. Moreira Filho**, JUCEMG 445, torna público que levará a leilão online em 30/04/2018 1º praça e 15/05/2018 2º praça, seu bem imóvel: Casa residencial com área total de 660,75m² em Cordislândia/MG. Informações, fotos e edital no site: www.fernandoleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2001.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**
Av. Acesita, nº. 3230, Bairro São José, Timóteo/MG
CEP: 35182-901 - Telefax: (31) 3847-4718 / 3847-4701
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO/MG - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018 - O Município de Timóteo, através da Comissão Permanente de Licitações, nos termos da legislação vigente, Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/93 e alterações, torna público que **no dia 03 de maio de 2018, às 10:00 horas**, na sua sede, fará realizar licitação, na modalidade **Tomada de Preços nº. 005/2018, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 142/2018**, que tem por objeto, a contratação de empresa de engenharia, pelo regime de empreitada por preços unitários, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para execução das obras de muro de arrimo e muro de fechamento do campo de futebol no Bairro Macuco, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, conforme Contrato de Repasse nº 0352.364/2011, celebrado entre o Município de Timóteo e a União Federal/Ministério das Cidades. O presente Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados pelo endereço eletrônico: <http://transparencia.timoteo.mg.gov.br/licitacoes>. Melhores informações pelos telefones: (31) 3847-4718 e (31) 3847-4701. Timóteo, 12 de abril de 2018. **Jamilton Gomes Figueiredo – Presidente da Comissão Permanente de Licitações.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**
Av. Acesita, nº. 3230, Bairro São José, Timóteo/MG
CEP: 35182-901 - Telefax: (31) 3847-4718 / 3847-4701
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO/MG - AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018 - O Município de Timóteo, através da Comissão Permanente de Licitações, nos termos da legislação vigente, Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/93 e alterações, torna público que, **no dia 17 de maio de 2018, às 10:00 horas**, na sua sede, fará realizar licitação, na modalidade **Concorrência Pública nº 002/2018, Processo Administrativo nº 156/2018**, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia, pelo regime de empreitada por preços unitários, tipo menor preço global, para construção de Escola no bairro Macuco, contrato de repasse nº 0352.364-36 – Lote 2. O presente Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados pelo endereço eletrônico: <http://transparencia.timoteo.mg.gov.br/licitacoes>. Melhores informações pelos telefones: (31) 3847-4718 e (31) 3847-4701. Timóteo, 13 de abril de 2018. **Jamilton Gomes Figueiredo - Presidente.**

AVISO DE INTENÇÃO: O Fundo Municipal de Saúde de Icarai de Minas/MG torna público o interesse em aderir à Ata de Registro de Preço referente ao Pregão Presencial SRP nº 007/2017 do Consórcio Intermunicipal da Área Mineira da Sudene CIMAMS. Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de veículos novos. Emerson Marques de Jesus – Presidente CPL.

LEILÃO PÚBLICO
MASSA FALIDA DN ADMINISTRADORA CONSORCIO LTDA.
Local: R. Capitão Joaquim Sarmento, 301 Alto São João Montes Claros/MG
Data: 24 de abril de 2018
Horário: 10:00 hrs
Imóveis: Imóvel com loja e sobreloja R. Capitão Joaquim Sarmento, 301; Terreno com 1.750 M² R. Zaira Celestino Pinheiro B. Jaraguá; Terreno com 2.400 M² Condomínio das Paineiras (Imóveis em Montes Claros/MG)
Diversos: motocicletas, equipamentos informática e móveis de escritório.
Email: marcusviniciusleiloes@yahoo.com.br - (38)3221-5324/ 99909-7240
Marcus Vinicius – Leiloeiro Oficial

SAE - SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - MG. PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/18. A SAE, através de sua Diretoria e da Pregoeira, situado na Rua 33, nº 474, Setor Sul, cidade de Ituiutaba, estado de Minas Gerais, CEP – 38300-030, torna público que se acha aberto o presente Pregão Presencial, sob o nº 024/18, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e Decretos Municipais nº 5.653/05 e nº 5.908/06. Objeto: Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado, conforme descrições, especificações, quantidades e condições constantes no Termo de Referência - Anexo I, do Edital. Departamento Responsável: Engenharia. Recurso orçamentário: 17.512.0014.1.049.4.4.90.52.00. Entrega dos envelopes de habilitação e de proposta devidamente assinados e lacrados: Até a data: 26/04/2018 às 14h00. Abertura dos envelopes: Data: 26/04/2018, às 14h00. O Edital na íntegra e as informações complementares ao Pregão encontram-se à disposição dos interessados no site www.sae.com.br, ou na sala onde se encontra a Pregoeira e a Equipe de Apoio, na Rua 33 nº 474 – Setor Sul, Ituiutaba-MG, CEP 38300-030. Fones: (34)3268-0401 / (34)3268-0404. Ituiutaba-MG, 02 de abril de 2018. Patrícia Abrão Pinheiro Gomes. Pregoeira da SAE.

DESPACHO E RATIFICAÇÃO
Referência: Processo nº 095/18. Processo Dispensado de Licitação. Reconheço a dispensa de licitação para aquisição de peças para reforma da bomba da Captação do Ribeirão São Lourenço, em caráter emergencial, cuja despesa totalizará o valor de R\$ 12.925,00 (doze mil, novecentos e vinte e cinco reais), com fulcro no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, sendo adjudicado à empresa SIGNARTEC – COMERCIAL TÉCNICA LTDA, CNPJ n.º 56.433.253/0001-03, na dotação orçamentária 17.512.0014.2.244.3.3.90.30.00 para o presente exercício e ratifico a Decisão, nos termos do Artigo 24, IV da Lei nº 8.666/93 no que concerne ao objeto do Processo dispensado de licitação nº 095/18, Dispensa nº 073/2018. Ituiutaba-MG, 02 de abril de 2018. Rubens Erifatam Vaz - Diretor da SAE de Ituiutaba-MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
AVISO DE LICITAÇÃO O Município de João Monlevade torna pública a licitação na modalidade Concorrência 02/2018. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE**, com fornecimento de equipamentos, mão-de-obra, materiais e serviços técnicos necessários à execução do objeto. Data de abertura: 16/05/2018 às 08:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações para cópia magnética e no site do município (www.pmjm.mg.gov.br). Maiores informações: 31 3859-2525 (Setor de Licitações). João Monlevade, 12 de Abril de 2018. Maria do Socorro Silva Filgueiras Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
AVISO DE LICITAÇÃO O Município de João Monlevade torna pública licitação na modalidade Pregão 17/2018. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE LANCHES** (sanduichês de pão de sal com uma fatia de presunto e uma fatia de muçarela e refrigerante 200 ml tipo guaraná). Data de abertura: 02/05/2018 às 08:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações para cópia magnética e no site do município (www.pmjm.mg.gov.br). Maiores informações: 31 3859-2525 (Setor de Licitações). João Monlevade, 12 de Abril de 2018. Maria do Socorro Silva Filgueiras Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
AVISO DE LICITAÇÃO O Município de João Monlevade torna pública licitação na modalidade Pregão 18/2018. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, destinados à merenda escolar das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil. Data de abertura: 27/04/2018 às 08:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações para cópia magnética e no site do município (www.pmjm.mg.gov.br). Maiores informações: 31 3859-2525 (Setor de Licitações). João Monlevade, 12 de Abril de 2018. Maria do Socorro Silva Filgueiras Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MANSO/MG

Aviso de Licitação Pregão 013/2018 - A Prefeitura Municipal de Rio Manso/MG torna público que fará realizar **Processo Licitatório Nº 028/2018, Pregão Presencial Nº 013/2018** - Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais ambulatoriais, para atender à Secretaria Municipal de Saúde com fornecimento parcelado. Data da Entrga e abertura dos envelopes: **09h00 horas do dia 08/05/2018**, na sede da Prefeitura Municipal. Informações na Prefeitura de Rio Manso - Telefax: (31) 3573 1120. Magna Teresinha Teixeira de Sousa Pregoeira Municipal.

Prefeitura Municipal de Rio Manso, 13 de Abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2018 TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2018

OBJETO: Contratação de profissionais para atuarem na área da Saúde, Sendo: 01 (um)(a) médico(a) Pediatra; 01 (um)(a) médico (a) generalista (clínico geral) para atender o ESF; Médicos(as) generalistas (clínico geral) para realizar plantões; Auxiliares de enfermagem para prestarem serviços de plantões no centro de saúde da sede, na forma de sobreaviso e 01 (um) psicólogo(a) para atender o NASF, conf. Edital, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, neste município. Data de julgamento: 03/05/2018 às 14:00 horas. Maiores informações na sede da Prefeitura, pelo e-mail. compraslicitac@hotmail.com, ou pelo Telefone: XX38 3254 1173 no horário de 7:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 horas. Itacambira 13 de abril de 2018.

Ass. Valdecir Soares do Amaral - Presidente da CPL.

ASER - Associação dos Servidores da VFCO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Associados para a **Assembléia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia 25 de abril de 2018, às 10:30 horas em 1ª convocação e às 11:00 horas em 2ª e última convocação do mesmo dia, na Sede da ASER-Centro de Lazer, à Rua Itajubá, nº. 141, nesta Capital, com a seguinte **Pauta:** a) Apresentação, para aprovação, do Relatório da Diretoria e das Contas do exercício de 2017 cujos documentos se encontram a disposição dos sócios na Sede da Associação; b) Assuntos gerais. Belo Horizonte, 13 de abril de 2018.

(a.) **Milson Rossi** – Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Secretaria Municipal de Obras. **AVISO DE LICITAÇÃO. Concorrência Pública nº 01/2018.** Processo de Compra nº 52/2018 - tipo menor preço Global. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE RECAPEAMENTO, PAVIMENTAÇÃO, TERRAPLANAGEM E DRENAGEM EM DIVERSAS RUAS DA CIDADE, CONFORME PROJETOS ESPECIFICAÇÕES, PLANILHA, CRONOGRAMA, MEMÓRIA DE CÁLCULO, RELAÇÃO DAS RUAS EM ANEXO. Local da realização da sessão pública da Concorrência Pública: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Av. Olegário Maciel nº 166 – Centro, **no dia 16-05-2018 às 09:00h.** EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - Situada na Avenida Olegário Maciel, 166 – Centro e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br.

Paracatu, 13 de Abril de 2018.

Wender Ulhoa Assis – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI – AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº61/2018 – CREDENCIAMENTO Nº01/2018 – INEXIGIBILIDADE Nº 19/2018

- O Município de Piumhi/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº16.781.346/0001-04, torna público que realizará licitação na modalidade CREDENCIAMENTO Nº01/2018 – INEXIGIBILIDADE Nº 19/2018, cujo objeto visa o **credenciamento de Pessoa(s) Física(s) e/ou Jurídica(s) legal e regulamentada no ramo para realização de consultas e procedimentos de ginecologia e obstetria para atendimento no Centro de Atendimento Especializado Saúde da Mulher, no Município de Piumhi, por preço unitário de acordo com a Tabela de Preços fornecida pela Secretaria de Saúde.** A abertura do envelope e o procedimento de credenciamento serão realizados a partir das **09:00** horas do dia **16/05/2018**, obedecendo integralmente as condições estabelecidas neste Edital e respectivos anexos, bem como pelas disposições das Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações. Maiores informações e cópias do referido edital poderão ser obtidas na sede da Prefeitura de 8:00 às 16:00 horas, pelos telefones (37)3371-9220/9222 ou pelo site <http://prefeitura.piumhi.mg.gov.br/editais/>. Adeberto José de Melo – Prefeito Municipal.



América Futebol Clube
CNPJ nº. 17.297.516/0001-42

Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo

Convocação

Ficam convocados os Senhores Membros do Conselho Deliberativo do Clube para comparecerem à Reunião Ordinária deste Órgão, que se realizará na Sede Social do Clube, situada na Avenida dos Andradas, nº 3.000, piso G1, do “Boulevard Shopping”, nesta Capital, no dia 19 de Abril de 2018, às 19:00 horas, em primeira chamada ou, às 19:30 horas, em segunda chamada, nos termos do inciso I, artigo 43 do Estatuto Social, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre:

a) Demonstrações financeiras, relatório anual e prestação de contas do Conselho de Administração, Pareceres da Auditoria Externa e do Conselho Fiscal relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017;

b) Outros assuntos do interesse social.

Belo Horizonte, 13 de Abril de 2018.

Márcio Vidal Gomes da Gama
Presidente do Conselho Deliberativo

Prefeitura Municipal de Pedro Teixeira/Extrato de Contrato nº40/2018

A Prefeitura Municipal de Pedro Teixeira-MG, torna público o extrato do contrato nº 040/2018, referente ao Processo Licitatório 46/2018 – modalidade Tomada de Preços nº 03/2018. Objeto: Contratação de empresa DE ENGENHARIA especializada para execução de obra de Pavimentação de vias públicas em atendimento ao Convênio nº 849514/2017 Contrato de Repasse nº 1043.083-17/2017, conforme especificações e dados técnicos constantes em anexos deste edital. Contratada: Lage Construções LTDA CNPJ 27.443.623/0001-95. Contratante: Prefeitura Municipal de Pedro Teixeira. Valor global: R\$ 257.637,25. Vigência: 11/04/2018 a 31/12/2018. Pedro Teixeira, 13 de Abril de 2018. Bruna Gabriela de Almeida Gomes - Presidente da CPL.

Prefeitura Municipal de Pedro Teixeira/Extrato de Contrato nº41/2018

A Prefeitura Municipal de Pedro Teixeira-MG, torna público o extrato do contrato nº 041/2018, referente ao Processo Licitatório 47/2018 – modalidade Tomada de Preços nº 04/2018. Objeto: Contratação de empresa DE ENGENHARIA especializada para execução de obra de Pavimentação de vias públicas em atendimento ao Convênio nº 1471000712/2016, conforme especificações e dados técnicos constantes em anexos deste edital. Contratada: Diones & Rodrigo Construtora LTDA ME CNPJ 14.749.171/0001-22. Contratante: Prefeitura Municipal de Pedro Teixeira. Valor global: R\$73.201,24. Vigência: 12/04/2018 a 31/12/2018. Pedro Teixeira, 13 de Abril de 2018. Bruna Gabriela de Almeida Gomes - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2018 PREGAO PRESENCIAL Nº 019/2018

OBJETO: Contratação de empresa prestação de serviços técnicos, em Tecnologia da Informação, para Implantação, Migração, Customização, Capacitação, Suporte e Manutenção Mensal do Software Público de Gestão Municipal disponível no Portal do Software Público Brasileiro -SPB(www.softwarepublico.gov.br) E Assessoria Contábil, neste município. Data de julgamento: 27/04/2018 às 09:00 horas. Maiores informações na sede da Prefeitura, pelo e-mail. compraslicitac@hotmail.com, ou pelo Telefone: XX38 3254 1173. Itacambira 13 de abril de 2018.

Ass. Geraldo Carlos Soares de Oliveira - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 022/2018 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018

Torna público o aviso de licitação, objetivando a CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, A TÍTULO ONEROSO DE ESPAÇO FÍSICO PARA A CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO COM EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE QUIOSQUE DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DE PREPARO RÁPIDO, LOCALIZADO NA ÁREA URBANA E RURAL DESTA MUNICIPALIDADE. Credenciamento: 31/05/2018 às 08h30min, Abertura: 31/05/2018 às 08h45min. Interessados manter contato: (38) 3811-1597 ou diretamente na sede do município, na Pça. Cel. Jonathas, 220, Centro, Monte Azul-MG, 13/04/2018.

Carlos Carmelo José Santos - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI/MG

O Município de Jequitai/MG convoca possíveis interessados para fazer um contrato temporário por 30 dias, passível de prorrogação pelo mesmo prazo, por dispensa para transporte escolar nas seguintes linhas:

Item	Linha	KM/Ida e volta	Quantidade de aluno	Tipo de veículo
01	Fazenda volta à comunidade Barroão	44km	04 no período vespertino e 02 no período noturno	kombi
02	Fazenda Riacho à Barroão	60 km	04 alunos	kombi
03	Fazenda Caramujo a divisa do Município de São João da Lagoa,especificamente na ponte Caramujo	15km	02 alunos	kombi

Maiores informações na prefeitura municipal de Jequitai/Mg ou no e-mail: jequitailicitacao@yahoo.com.br.

Laticínios Porto Alegre Indústria e Comércio S.A. - CNPJ/MF: 66.301.334/0001-03																	
Balanco patrimonial - Em milhares de reais																	
Ativo	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016		1º de janeiro de 2016 (Representado)	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016									
Circulante																	
Caixa e equivalentes de caixa	96.074		1.231		2.384	99.066		40.064									
Contas a receber de clientes	61.928		69.403		61.781	53.299		45.523									
Estoque	52.883		46.073		40.272	6.289		4.898									
Tributos a recuperar	52.190		40.575		39.893	52.334											
Adiantamentos a fornecedores	1.078		9.983		3.591	1.125											
Outras contas a receber	3.236		18		1	3.300											
	267.389		167.283		143.002	270.633											
Não circulante																	
Realizável a longo prazo																	
Depósitos judiciais	9.542		8.735		8.685	9.713											
Tributos a recuperar	1.388		1.045		602	1.388											
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.338		6.529		4.756	8.338											
	19.268		16.309		14.043	19.439											
Investimentos	3.564																
Intangível	859		653		876	859											
Imobilizado	245.311		54.654		55.771	245.394											
	269.002		71.616		70.690	265.692											
Total do ativo	536.391		238.899		213.692	536.325											
Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais																	
Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016		1º de janeiro de 2016 (Representado)	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016									
Circulante																	
Fornecedores	42.017		42.329		40.064	53.299		45.523									
Empréstimos e financiamentos	53.299		45.523		39.726	6.289		4.898									
Salários e obrigações sociais	6.289		4.898		4.732												
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.310		1.622		3.534	2.697		2.164									
Obrigações tributárias	2.697		2.164		5.581	6.166		1.668									
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	6.166		1.668		1.088	694		1.496									
Outras contas a pagar	114.472		99.700		91.807	185.523		144.123									
Não circulante																	
Empréstimos e financiamentos	47.358		22.560		23.861	23.693		21.863									
Provisão para contingências	23.693		21.863		16.349	71.051		44.423									
	185.523		144.123		132.017	344.637		80.400									
Patrimônio líquido																	
Capital social	6.231		726		3.277	6.231		726									
Reservas de lucros	350.868		94.776		81.675	350.868		94.776									
Lucros acumulados	350.868		94.776		81.675	350.868		94.776									
Total do passivo e patrimônio líquido	536.391		238.899		213.692	536.325											
Demonstração dos fluxos de caixa																	
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais																	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2017		2016 (representado)		2017	2016 (representado)		2017									
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	41.148		59.036		41.643												
Ajustes de																	
Depreciação e amortização	12.639		9.139		13.709												
Juros provisionados	5.732		3.789		5.732												
Resultado na venda de ativo imobilizado	687		76		560												
Provisão para contingências	1.830		5.514		1.985												
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.830		553		553												
Resultado de participações em investidas	681				(0)												
	63.270		77.554		64.182												
Variações nos ativos e passivos																	
Contas a receber de clientes	6.922		(12.542)		7.572												
Estoque	(6.810)		(5.801)		(7.003)												
Tributos a recuperar	(11.958)		(1.126)		(12.090)												
Adiantamentos a fornecedores	8.905		(6.391)		8.435												
Outras contas a receber	(3.218)		(17)		(1.938)												
Depósitos judiciais	(807)		(50)		(961)												
Fornecedores	(312)		2.264		(1.727)												
Salários e obrigações sociais	1.391		165		1.821												
Obrigações tributárias	533		(3.417)		571												
Outras contas a pagar	(802)		881		(786)												
Caixa gerado nas operações	57.114		51.520		58.076												

SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DE BELO HORIZONTE SINDILOJAS/BH - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - Em obediência ao Estatuto Social e legislação vigente, pelo presente Edital ficam convocados todos os representados quites e no gozo de seus direitos sindicais, para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 19 de abril de 2.018, às 12:00 horas (doze horas), à Avenida Brasil, 1.740, bairro Funcionários, Belo Horizonte, Minas Gerais, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Assuntos gerais. Caso não haja comparecimento legal, referida Assembleia será instalada em segunda convocação, às 13:00 horas (treze horas), deste mesmo dia e no mesmo local com qualquer número de convocados presentes. Belo Horizonte, 14 de abril de 2.018 Nadim Elias Donato Filho – Presidente.

ASER - Associação dos Servidores da VFCO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Convocamos os membros do CONSELHO DELIBERATIVO da ASER – Associação dos Servidores da Viação Férrea Centro-Oeste, para reunião a ser realizada no dia 25 de abril de 2018, às 09:30 horas, na Sede da ASER-Centro de Lazer, na rua Itajubá, 141, para conhecer e aprovar o relatório da diretoria e parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2017. Belo Horizonte, 13 de abril de 2018. (a.) **Milson Rossi** – Presidente

ONV PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S/A, CNPJ n.º 16.694.036/0001-52-EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Ficam convocados os Senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em primeira convocação, no dia 23 de abril de 2018, às 09:00 horas na sede da sociedade, à Rua da Bahia, 1004, sala 1.405, em Belo Horizonte, Minas Gerais, para exame dos seguintes assuntos: 1 - Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017; 2 - Deliberação sobre a Destinação do resultado do exercício; 3 - fixação de remuneração da diretoria; 4 - Outros assuntos de interesse da sociedade. Belo Horizonte, 13 de abril de 2018. Tarsila Ortenzio Velloso - Diretor-Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG
Processo Administrativo Disciplinar do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG nº 07/2017. Fica intimada por edital a Sra. Graciele Fernanda Moreira Rocha (matrícula-2204-5), da decisão de extinção do PAD, por perda do objeto, proferida no dia 29/01/18.

CISMEJE DE ARAÇUAÍ
O CISMEJE de Araçuaí torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial N°002/2018, para aquisição de combustíveis. A abertura se dará no dia 25/04/2018, às 10:00 horas. Maiores informações (33.3731.2030).

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM FELÍCIO/MG
A P.M. Joaquim Felício torna público que fará realizar no dia 26/04/2018, às 09:00 hrs, o Prc Licitatório nº. 028/2018, Pregão Presencial nº. 012/2018, para registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha. **EDITAL EXCLUSIVO PARA ME/EPP.** O edital completo está disponível à Av. Getúlio Vargas, 135 - Centro - nesta cidade. Eliana Colen Pimenta de Abuabara - Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 023/2018
Registro de Preços
OBJETO: Aquisição de Material de Laboratório destinado a atender a Necessidade do Laboratório do Hospital para o período de 12 meses por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Credenciamento: 03/05/2018: de 08:00 hs às 08:30 hs. Início da Sessão: 09:00hs. Evaniiso Aparecido Carneiro - Prefeito Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 3631-1420. Edital: www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br.

SUL AMERICANA DE METAIS S.A.			
CNPJ nº 08.289.492/0001-99			
Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
(+/-) Despesas/receitas operacionais	2017	2016	
Gerais e administrativas	(6.229)	(7.098)	
Outras receitas/(despesas) operacionais.....	14	30	
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(6.216)	(7.068)	
Despesas financeiras	(22.692)	(28.942)	
Receitas financeiras	19.731	63.457	
(=) Resultado financeiro	(2.961)	34.515	
(=) Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(9.177)	27.447	
Ações em circulação no final do exercício	72.595	72.595	
Lucro líquido/(prejuízo) por ação	(0,1264)	0,3781	
Demonstrações do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Lucro/(Prejuízo) do exercício	2017	2016	
Total do resultado abrangente do exercício ..	(9.177)	27.447	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Capital social	Prejuízo (reapresentado)	Total	
Saldos em 31/12/2015	33.093	(134.015)	(100.922)
Aumento do capital social ..	5.019	-	5.019
Prejuízo do exercício	-	27.447	27.447
Saldos em 31/12/2016	38.112	(106.568)	(68.456)
Lucro líquido do exercício	-	(9.177)	(9.177)
Saldos em 31/12/2017	38.112	(115.745)	(77.633)
Aumento do capital social ..	-	-	-
Lucro líquido do exercício	38.112	(115.745)	(77.633)

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2017	2016	
Prejuízo do exercício	(9.177)	27.447	
Itens de reconciliação do caixa líquido nas atividades operacionais			
Prejuízo da alienação de imobilizado	2	9	
Depreciação	203	235	
Amortização	42	48	
Perdas cambiais de atividades financeiras	3.031	(34.469)	
	(5.899)	(6.730)	
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo			
Outros ativos	(106)	(132)	
Depósitos judiciais	(25)	(17)	
Salários e encargos	13	(91)	
Obrigações tributárias	14	(7)	
Provisões trabalhistas	28	(118)	
Provisão Processos	220	368	
Outros passivos	30	(210)	
Caixa líquido aplicado atividades operacionais	(5.726)	(6.937)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(2)	(22)	
Gastos com ativos intangíveis	(1.314)	(2.473)	
Caixa líquido aplicado atividades investimentos	(1.316)	(2.495)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	-	5.019	
Captação de empréstimos	9.577	4.491	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	9.577	9.510	
Aumento líquido de caixa e equivalentes caixa	2.535	78	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	617	539	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.152	617	
	2.535	78	



LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
ONLINE E PRESENCIAL

CAIXA

ROGÉRIO LOPES FERREIRA, leiloeiro oficial inscrito na JUCEMG nº 394, com escritório à Rodovia BR 262, Km 375, Juatuba/MG CEP: 35.675-000 devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, com sede no Setor Bancário SUL, Quadra 4, Lotes 3/4, cidade de Brasília/DF, nos termos do instrumento particular, no qual figuram como Fidejuntantes **JOÃO BATISTA SALES GUEDES**, brasileiro, RG nº 5065775, CPF nº 024.090.296-39 e sua esposa **JOELMA RODRIGUES SILVA SALES**, brasileira, RG: 4.034.474 e CPF: 776.960.506-72, domiciliados e residentes à Rua Orion Rigel Vigne, 78, Bairro Floramar, Belo Horizonte/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **25 de abril de 2018, às 14:00 horas, à Rodovia BR 262, Km 375, Juatuba/MG CEP: 35.675-000, em PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 390.333,21**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído de um imóvel, sendo 87.4390 m² de área privativa (coberta); 129,8710 m² de área privativa (descoberta); 26,4003m² de área equivalente em área de custo padrão; 217,3100 m² de área real total, situado na Rua Padre Antonio, 53 e 55, lote 09, quarteirão 16, casa 02, Bairro Heliópolis, Belo Horizonte/MG. Matrícula nº 104826, extraída do 5º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte. Obs: Desocupada. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **26 de abril de 2018**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 348.373,60**. A venda será efetuada em caráter “ad corpus” e no estado de conservação em que se encontra. O arrematante pagará no ato o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. Caso haja arrematante, a escritura de venda e compra será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

(31) 3360-8180 / 3360-8181 - www.palaciadosleiloes.com.br

TRANSPORTADORA PORTO ALEGRE S/A
CNPJ: 07.104.389/0001-64 - NIRE: 31.300.11754-5. EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam os senhores acionistas da TRANSPORTADORA PORTO ALEGRE S/A convocados para reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, que será realizada na sede da Companhia, na Rua Joaquim Machado Guimarães, n. 350, módulo 08, bairro Raza, na cidade de Ponte Nova/MG, CEP: 35.430-304, no dia **24 de abril de 2018, às 09:00 horas**, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia na Assembleia Ordinária: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2017; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social de 2017; c) deliberar sobre a alteração, no Estatuto Social das regras relativas ao funcionamento do Conselho de Administração; e na Assembleia Geral Extraordinária: d) deliberar sobre o aumento de capital na Transportadora Porto Alegre S/A mediante a integralização de bens móveis de titularidade da Laticínios Porto Alegre S/A. Instruções Gerais: Os acionistas, nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/1976, deverão exibir documento hábil de sua identificação, podendo ser representados por mandatários, observadas as determinações e restrições legais. Ponte Nova, 13 de abril de 2018. **João Lúcio Barreto Carneiro - Presidente do Conselho de Administração.**

BELOX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ: 15.389.297/0001-04									
BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - (Em Reais)									
ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016				
CIRCULANTE			CIRCULANTE						
Caixa e Bancos	5.960	275.569	Fornecedores e Contas a Pagar	17.480	18.217				
Impostos a Recuperar	2.604	3.654	Obrigações Trabalhistas	1.124	2.659				
Títulos e Contas a Receber	12.012	12.012	Obrigações Tributárias	3.096	3.890				
Adiantamentos	22.045	13.405	Outras Obrigações	40.000	0				
Estoque	1.183.547	1.183.547		61.700	24.766				
	1.226.168	1.488.187							
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Depósitos Judiciais	9.189	0	Capital Social	13.480.280	6.200.000				
Outros Créditos a Longo Prazo	6.000.000	5.977.200	Adiantamento p/ Aumento Capital	0	7.280.279				
Investimentos	9.199.276	9.715.234	Reservas de Lucro	2.892.653	3.675.577				
	15.208.465	15.692.434		16.372.933	17.155.855				
TOTAL DO ATIVO	16.434.633	17.180.621	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.434.633	17.180.621				
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - (Em Reais)									
Descrição	Subscrito	A Integral.	Capital Social - SCP	Ações em Tesouraria	Reservas	Adto.p/Aumento Cap.	Resultados Acumulados	Total	
Saldos em 31.12.2016	200.000	-	6.000.000	-	-	7.280.279	3.675.577	17.155.856	
Aumento Capital Social	7.280.280	-	-	-	-	(7.280.279)	-	1	
Ajuste de Anos Anteriores	-	-	-	-	-	-	22.729	22.729	
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	-	(805.653)	(805.653)	
Saldos em 31.12.2017	7.480.280	-	6.000.000	-	-	-	2.892.653	16.372.933	
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - (Em Reais)									
	2017	2016							
Receita Operacional Líquida	0	0							
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados	0	0							
Lucro Operacional Bruto	0	0							
Despesas Operacionais									
Despesas com Vendas	(6.653)	(11.824)							
Despesas Administrativas	(35.173)	(168.302)							
Despesas Tributárias	(1.652)	(2.558)							
Despesas Financeiras/Receitas Financeiras	1.188	1.140							
	(42.290)	(181.543)							
Outras Receitas e Despesas Operacionais									
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(763.081)	(221.681)							
	(763.081)	(221.681)							
Lucro Operacional Líquido	(805.371)	(403.224)							
Resultado do Exerc. Antes do IRPJ/CSLL ..	(805.371)	(403.224)							
Provisão para Contribuição Social	(104)	(103)							
Provisão para Imposto de Renda	(178)	(171)							
	(282)	(274)							
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(805.653)	(403.498)							
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA									
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 - (Em Reais)									
	2017	2016							
Fluxo de caixa das atividades operacionais									
Prejuízo do exercício	(805.653)	(403.498)							
Ajustes para conciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:									
- Depreciações e amortizações									
	(805.653)	(403.498)							
(Aumento) redução nos ativos operacionais:									
- Contas a receber de clientes									
- Estoque									
- Impostos a recuperar	1.050	(331)							
- Adiantamentos a fornecedores	(8.640)	(7.800)							
- Outros débitos	(31.989)	-							
Aumento (red.) nos passivos operacionais:									
- Fornecedores	(737)	385							
- Empréstimos sócios									
- Obrigações fiscais e tributárias	(794)	(2.095)							
- Obrigações Trabalhistas	(1.535)	769							
- Outros créditos	40.000	-							
Disponibilidades Líq. Geradas (aplicadas) .	(2.644)	(105.221)							
Fluxo de caixa das ativ. de Investimentos:									
- Aquisições de ativo imobilizado									
- Baixas de ativo imobilizado									
- Investimentos	515.959	626.683							
Caixa líq. aplicado nas ativ. investimentos .	515.959	626.683							
Fluxo de caixa das atividades financeiras									
- Emprést. e financiam. - Captação (pagam.) .									
Caixa aplicado nas atividades financeiras ..									
Fluxo de caixa das ativ. financ. c/acionistas:									
- Integralização de capital	(7.280.279)	-							
- Transferência para ações em tesouraria									
- Empréstimo de pessoas ligadas									
- Adiantamentos para aumento de capital	7.280.280	-							
- Ajustes de exercícios anteriores	22.729	(13)							
- Distribuição de lucros									
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento com acionistas	22.730	(13)							
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(269.609)	117.951							
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa									
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	275.569	157.617							
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	5.960	275.569							
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(269.609)	117.951							
OLÍVIO HENRIQUE ALVARES ROSA Presidente - CPF: 533.857.566-34 SEBASTIÃO TADEU COELHO Contador - CRC: MG 02395208									

TRANSPORTADORA PORTO ALEGRE S.A. - CNPJ: 07.104.389/0001-64					
Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.992	243	Fornecedores	422	1.073
Contas a receber de clientes	1.376	1.497	Empréstimos e financiamentos	172	295
Estoque	144	168	Salários e obrigações sociais	395	359
Tributos a recuperar	144	280	Imposto de renda e contribuição social a pagar	224	103
Adiantamentos a fornecedores	47	27	Obrigações tributárias	52	55
Outras contas a receber	64	1.542	Outras contas a pagar	19	-
	<u>4.767</u>	<u>3.757</u>		<u>1.284</u>	<u>1.885</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos	19	146
Depósitos judiciais	171	272	Provisão para contingências	154	-
Tributos a recuperar		15		173	146
	171	287		<u>1.457</u>	<u>2.032</u>
Imobilizado	83	1.535	Patrimônio líquido		
	<u>254</u>	<u>1.822</u>	Capital social	4.245	3.100
			Lucros (prejuízos) acumulados	(681)	448
				<u>3.564</u>	<u>3.548</u>
Total do ativo	<u>5.021</u>	<u>5.579</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>5.021</u>	<u>5.579</u>
Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
	2017	2016	Demonstração dos fluxos de caixa		
Receita líquida	13.371	12.362	Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
Custo das vendas	(12.510)	(9.583)		2017	2016
Lucro bruto	861	2.779	Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Despesas administrativas	(358)	(940)	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	608	1.819
Outras receitas (despesas), líquidas	(34)	(32)	Ajustes de		
Lucro operacional	469	1.807	Provisão para contingências	154	-
Despesas financeiras	(1)	(23)	Ajustes de exercícios anteriores	2	-
Receitas financeiras	140	35	Depreciação e amortização	<u>1.471</u>	<u>1.941</u>
Resultado financeiro	139	12		<u>2.235</u>	<u>3.759</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	608	1.819	Variações nos ativos e passivos		
Imposto de renda e contribuição social	(594)	(382)	Contas a receber de clientes	121	332
Lucro líquido do exercício	<u>14</u>	<u>1.437</u>	Estoque	25	(168)
Quantidades de ações em milhares	4.245		Tributos a recuperar	151	112
Lucro por ação - R\$1	0,003		Adiantamentos a fornecedores	(20)	(203)
* A Companhia não possui nenhuma transação que envolva o resultado abrangente.			Outras contas a receber	1.478	(1.281)
			Depósitos judiciais	101	(100)
			Fornecedores	(650)	(2.367)
			Salários e obrigações sociais	36	32
			Obrigações tributárias	(3)	10
			Outras contas a pagar	19	69
Demonstração das mutações do patrimônio líquido			Caixa gerado nas operações	<u>3.491</u>	<u>197</u>
Em milhares de reais			Imposto de renda e contribuição social compensados	(474)	(384)
	Capital Social	Lucros/Prejuízos acumulados	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>3.018</u>	<u>(187)</u>
Em 1º de janeiro de 2016	560	887	Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Lucro líquido do exercício		1.437	Movimentação líquida do ativo imobilizado	(18)	(380)
Destinação do lucro líquido do exercício			Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(18)</u>	<u>(380)</u>
Distribuição de lucros		(1.336)	Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas			Movimentação líquida de empréstimos e financiamentos	(251)	(290)
Aumento de capital	2.540	(540)	Aportes de capital	-	664
Em 31 de dezembro de 2016	<u>3.100</u>	<u>448</u>	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(251)</u>	<u>374</u>
Ajustes de exercícios anteriores		2	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>2.748</u>	<u>(192)</u>
Lucro líquido do exercício		14	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>243</u>	<u>435</u>
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.992</u>	<u>243</u>
Aumento de capital	1.145	(1.145)	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>2.748</u>	<u>(192)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>4.245</u>	<u>(681)</u>			
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
1. Contexto operacional - A Transportadora Porto Alegre S.A. (a “Companhia” ou “TPA”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Ponte Nova/MG e filial em Contagem/MG, dedicada a atividade de transporte rodoviário de cargas em geral, exceto produtos perigosos e mudanças, no âmbito municipal, estadual e internacional. Durante o exercício de 2017, a Laticínios Porto Alegre Indústria e Comércio S.A. (a “Controladora” ou “LPA”) incorporou 100% das ações da Transportadora Porto Alegre S.A. Todas as vendas da Companhia nos exercícios de 2016 e 2017 foram realizadas para a LPA. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2018. A versão completa dessas demonstrações financeiras junto ao relatório dos auditores independentes se encontram disponíveis na sede da Companhia.					
DIRETORIA					
João Lúcio Barreto Carneiro - Diretor Presidente					
Carlos Magno Armond Mafia - Diretor Financeiro					
CONTADOR					
Amaury Brito Moreira					

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE - MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG torna público o Proc. Lic. nº 036/2018, Concorrência Pública nº 001/2018. Execução da obra de urbanização do Parque Riacho Salobro, através de recursos oriundos do convênio nº 1471001326/2017 SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADES DE INTEGRAÇÃO REGIONAL-SECIR. Abertura: 17/05/2018 às 08h00min. Edital disponível no site: www.saojoaodaponte.mg.gov.br, no email psaojoaodapontelicitacao@gmail.com.
São João da Ponte, 13 de Abril de 2018.
Rafaela Rosana Pereira - Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial Registro de Preço - nº 038/2018**. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de gravações em placas indicativas, confecção de lápides funerárias para uso e identificação de jazigos. Data de realização **04/05/2018 às 09:00hs**. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em **Transparência/ Publicações**.
Nova Lima, 13 de abril de 2018.
Pregoeira

Fundação Educacional de Patos de Minas - FEPAM - Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 03-2018-CETAS - A Fundação Educacional de Patos de Minas torna público a realização do Pregão Presencial nº 03-2018-CETAS. **Objeto:** Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de materiais de construção destinados às obras do **CETAS (CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES)**, conforme quantidades e especificações contidas no edital e seus anexos. **Sessão de recebimento de propostas até dia 03/05/2018, às 13h15min** na sala da CPL, e abertura às 13h30min. Informações pelo tel (34) 3823-0349, e-mail licitacao.unipam.edu.br, site: licitacao.unipam.edu.br. Patos de Minas, 13/04/2018. Cyntia M. Santos, Presidente CPL.

CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA/MG
Torna público para conhecimento de todos que fará realizar Processo Licitatório nº 04/2018, PREGÃO PRESENCIAL nº 04/2018, no dia 27 de abril de 2018, cujo edital se encontra à disposição dos interessados para exame, no site <http://www.camarabocaiuva.cam.mg.gov.br>, e no Quadro de Avisos da Câmara Municipal de Bocaiúva, situada à Rua Dona Florinda Pires, nº 83, Bairro Centro, Bocaiúva-MG e aquisição no setor de Licitação, situada no mesmo endereço, certame que tem por objeto a Contratação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou equiparadas na forma da Lei, para prestação de serviços especializados na implementação do software público de gestão municipal e-Cidade (software livre sob licença GPL), contemplando, suporte, manutenção e operação assistida. O conhecimento das propostas e o início de julgamento dar-se-ão às 09:00 horas do dia de 27 de abril de 2018. Bocaiúva-MG, 13 de abril de 2018, Pedro Martins Bernardo Filho – Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 025/2018
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos especializados de auditoria e consultoria para diagnosticar, recuperar, reduzir encargos tributários relativos a: a) Pagamentos indevidos a título de contribuição previdenciária sobre as Verbas Indenizatórias, Seguro de Acidente de Trabalho, valores a serem recuperados junto ao Estado de Minas Gerais e União Federal relativos às transferências constitucionais legais obrigatórias, bem como a recuperação dos passivos consolidado originado dos encargos tributário e a revisão de dividas fiscais existentes junto ao INSS; b) Tributos de competência do Município mais especificamente ISSQN, conforme mencionado no anexo II- Termo de Referência – especificação do objeto; c) Recuperar valores das transferências de ICMS. Credenciamento: 08/05/2018: de 08:00 hs às 08:30 hs. Início da Sessão: 09:00hs. Evanildo Aparecido Carneiro - Prefeito Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 3631-1420. Edital: www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br.

VELLOSO S/A – Negócios Imobiliários, CNPJ nº. 17.179.805/0001-47 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede da sociedade, à Rua da Bahia, nº 1004, sala 1.405, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em primeira convocação, no dia 23 de abril de 2018, às 9h15 minutos, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - 1.1 - Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017; 1.2 - Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício; 1.3 - Eleição da Diretoria e fixação de sua remuneração; 1.4 - Outros assuntos de interesse da sociedade. ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – 2.1 – Alteração de dispositivos do Estatuto Social relativos à convocação das Assembleias Gerais (Capítulo III) Da Assembleia e alteração do (Capítulo IV) Da Administração 2.2 Outros assuntos de interesse da sociedade, ficando os documentos pertinentes à disposição dos acionistas, na forma do art. 135, § 3º, da Lei nº 6.404/76. Belo Horizonte, 13 de abril de 2018. Tarsila Ortenzio Velloso, Diretora.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial Registro de Preço - nº 033/2018**. **Objeto:** Aquisição de uniformes padronizados para uso nos campeonatos esportivos, para os atletas do Município e alunos do Projeto da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, destinando itens exclusivamente para ME/EPP e item para cota de 25% para ME/EPP conforme art. 48 da LC147/14. Data de realização **26/04/2018 às 09:30 hs**. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em **Transparência**.
Nova Lima, 13 de abril de 2018.
O Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MANHUAÇU/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 058/2018 - Pregão Presencial Nº 020/2018
O Município de Santana do Manhuaçu – MG torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 058/2018, na modalidade Pregão nº 020/2018, na forma Presencial, tipo menor preço por item, regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações. **Objeto:** Contratação de empresa para publicação de matérias em jornais de circulação regional de acordo com o anexo I para o município de Santana do Manhuaçu/MG. Abertura da Sessão Oficial do Pregão dia 26 de Abril de 2018 às 08h30min. Local: Rua Major Custódio, 96, Centro, CEP: 36.940-000 Santana do Manhuaçu/MG, informações pelo telefone 0xx33-3373-1149, das 13h00min às 17h00min horas. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima. Santana do Manhuaçu/MG, 13 de Abril de 2018. **Joseane Caroline de Abreu Souza - Pregoeira**.
EXTRATO DE EDITAL - PROCESSO Nº 059/2018
CREDENCIAMENTO Nº 002/2018 - INEXIGIBILIDADE Nº 002/2018
A Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu – MG torna público que realizará CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº 002/2018, para a Contratação de Empresa, mediante credenciamento, para a prestação de serviços Médicos na especialidade de Ginecologia e procedimentos descritos nos anexos deste edital, para o atendimento do Posto Central do Município de Santana do Manhuaçu/MG. Os interessados deverão apresentar os envelopes de Habilitação e da Proposta de Preços no dia 08 de Maio de 2018 às 08h30min na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, à Rua Major Custódio, 96, Centro de Santana do Manhuaçu. Maiores informações pelo telefone (33)3373-1149; Santana do Manhuaçu – 13 de Abril de 2018.
Aparecida de Fátima Barros – Presidente da CPL

► **HOJE EM DIA**
NAS REDES SOCIAIS.
SIGA, COMPARTILHE,
DÊ LIKES:
VIVA A INFORMAÇÃO.

HOJE EM DIA
VIVA A INFORMAÇÃO



O MAIS COMPLETO
JORNAL DE MINAS ESTÁ
EM TODAS AS REDES SOCIAIS.
É A INFORMAÇÃO EM TEMPO REAL,
INTERAGINDO COM VOCÊ
E FAZENDO PARTE DA SUA VIDA.

► **HOJEEMDIA.COM.BR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG

Através de seu Pregoeiro Oficial torna público que fará realizar no dia 27/04/2018 às 9:00 horas, licitação na modalidade Pregão Presencial nº 017/2018, Processo Licitatório nº 024/2018, objetivando a "Contratação de Pessoa Física para prestação de serviços de Cirurgião Dentista, para atendimento no PSF do município de Juramento/MG.",conforme especificações constantes no edital. Maiores informações pelo tel.: (38) 3236-1118 - email: licitacaojuramento@gmail.com.
Pregoeiro Oficial: Francisco Gilvan Vieira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG

Através da Comissão Permanente de Licitação torna público que fará realizar no dia 03/05/2018 às 09:00 horas, licitação na modalidade Tomada de Preço nº 002/2018, Processo Licitatório nº 023/2018, objetivando a "Execução de pavimentação de vias urbanas, em pré-misturado a frio (PMF), na sede conforme projeto básico (planilha, memorial descritivo, plantas e memória de cálculos anexos; com recursos oriundos do Programa BDMG Urbaniza do banco de desenvolvimento do estado de Minas Gerais (BDMG) no Município de Juramento/MG". conforme especificações constantes no edital e seus anexos. Maiores informações pelo tel.: (38)3236-1118-email: licitacaojuramento@gmail.com Presidente da CPL: Robson Corrêa Barbosa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO DE LIMA/MG - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 015/2018 - O Município de Augusto de Lima/MG, torna público que fará realizar Pregão Presencial Nº 015/2018, Aquisição de utensílios domésticos/vasilhames tipo: bacias, garfo, faca, garrafa, panelas, pratos, jarros, xicara, copos, liquidificador. Tipo: Menor Preço unitário: Data de entrega dos envelopes de Proposta e Documentação: 27/04/2018 até às 12:00h. Informações e edital poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, na Av. Cel Pedro Pedras, 220, Centro - Telefax: (38) 3758-1279 / E-Mail licitacaoaugustodelima@bol.com.br – João Carlos Batista Borges - Prefeito Municipal.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNÍCIO DE ESPERA FELIZ FUMPREF

Convoca a todos os aposentados e pensionistas, para que no período de 02/05/2018 a 31/05/2018 comparecer na sede do FUNDO, Á Praça Dr José Augusto, 251, neste Município, no horário de 12:00 às 18:00 horas, para recadastramento previdenciário devendo vir munido dos seguintes documentos, CPF carteira de identidade –RG e comprovantes de residência, sob pena de suspensão dos vencimentos Espera Feliz 12/04/2018, Adão Fernandes Ferreira – Presidente do FUMPREF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO/MG – Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 016/2018 - O Município de Presidente Juscelino/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que às 08h30 do dia 27 de abril de 2018, no Prédio da Prefeitura Municipal, será realizada a sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta e Documentação" - Pregão Presencial nº 016/2018, do tipo "MENOR PREÇO POR ÍTEM" para Aquisição de material de expediente, corte e costura, acondicionamento e embalagens, uniformes, tecidos e aviamentos, processamento de dados para diversas secretarias. Edital e maiores informações com o Pregoeiro pelo telefone (38) 3724-1239 ou e-mail: licitacao@presidentejuscelino.mg.gov.br.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA – Torna público a revogação da Concorrência Pública 007/2017. Objeto: outorga para permissão para serviço de transporte individual remunerado de passageiros através de motocicleta - mototaxista, no município de Lagoa Santa/MG. Destarte, em decorrência do acima exposto, fica revogado todo o procedimento licitatório, passando a fluir o prazo recursal contido no art. 109, inciso I, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666/93, a contar da intimação desse ato. Em 12/04/18. Dalmar Moraes Duarte /Diretor Municipal de Transporte e Trânsito

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Abertura do Pregão Presencial 024/2018, no dia 30/04/2018 às 09h 30min, com credenciamento a partir das 09h00min. Objeto: Aquisição de materiais de campo para uso contínuo das demandas de inspeções zoossanitárias do setor de zoonoses da secretaria municipal de saúde de Lagoa Santa/MG. O edital na íntegra estará disponível na Rua São João, 290-Centro, no horário de 12h às 17h e/ou no site www.lagoasanta.mg.gov.br – Euvani Lindourar Pereira /Pregoeira.

MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS/MG

Aviso de Licitação - Tomada de Preço 01/2018 - Processo Licitatório 025/2018
Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de obra de construção da Praça do Bairro Floresta, com área total de 2.430,94m², localizada nas Ruas Quintino José da Silva, Edmundo A. Marinho e Aureliano E. de Abreu, conforme convênio nº 1491001553/2017 - Secretaria de Estado de Governo. Sessão de recebimento dos envelopes 09/05/2018 com protocolo até às 08:00hs, na Prefeitura. O edital e seus anexos, está à disposição dos interessados na Av. Renato Azeredo, 210, centro, para consulta e aq. através do site www.fortunademinas.mg.gov.br. Informações pelo (31) 3716-7111.
Luiz Carlos de Melo Guimarães
Presidente da Comissão de Licitação



ANUNCIE AQUI (31) 3236-8001

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
COHESA - Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco
CNPJ: 86.399.680/0001-83 NIRE: 31400007733
A Presidente da **COHESA - Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco**, usando das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará à Rua Paraíba, 1.122 - 10º andar - Bairro Funcionários, nesta Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no próximo dia 26 de abril de 2018, em primeira convocação às 13:30 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total dos associados. Caso não haja número legal para a instalação, ficam desde já convidados para a segunda convocação às 14:30 horas, no mesmo dia e local com a presença de metade e mais 1 (um) do número total dos associados. Persistindo a falta de “quórum legal”, a Assembleia realizar-se-á, então, no mesmo dia e local, em terceira e última convocação às 15:30 horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Pauta da Assembleia Geral Extraordinária – a) Reforma do Estatuto Social. Pauta da Assembleia Geral Ordinária - a) Relatório da Diretoria; b) Balanço Geral e demonstrativos das sobras e perdas; d) Parecer do Conselho Fiscal; e) Eleição de membros do Conselho Fiscal; c) Fixação de cédula de presença; e) Outros assuntos de interesse geral sem caráter deliberativo. Belo Horizonte, 14 de abril de 2018. ROBERTA GUASTI PORTO – DIRETORA PRESIDENTE.

PREFEITURA DE VESPASIANO.

PL 27/2018 - PE 07/2018. 1ª RETIFICAÇÃO. A Pregoeira torna pública a 1ª Retificação do edital. Início de acolhimento: 26/04/2018; As propostas serão recebidas até às 13h do dia 02/05/2018; Início da sessão de disputa: 14h do dia 02/05/2018. Alterações disponíveis no site: www.vespasiano.mg.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Lécia Soares, Presidente da CPL.

PL Nº 042/2018. PP RP Nº 012/2018. A Prefeitura de Vespasiano informa que tendo em vista o erro na contagem do prazo, reabre-se o prazo de ancoragem sendo o credenciamento realizado das 13h30min às 13h45min do dia 27/04/2018 e o recebimento dos envelopes será às 13h45min do dia 27/04/2018. O edital encontra-se disponível no site: www.vespasiano.mg.gov.br.

Retificação de publicação: Onde se lê PL 032/18 – PE 09/18 – HOMOLOGAÇÃO, Leia-se PL 041/18 – PE 011/18 – HOMOLOGAÇÃO.

PL 53/2018 - PE 013/2018. 1ª RETIFICAÇÃO. A Pregoeira torna pública a 1ª Retificação de data. Início de acolhimento: 26/04/2018; As propostas serão recebidas até às 08h do dia 02/05/2018; Início da sessão de disputa: 09h do dia 02/05/2018. Aviso de alteração de data no site: www.vespasiano.mg.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Carolina Valadares, Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLUNA/MG

TORNA PÚBLICO o Processo Administrativo de Licitação nº 026/18, Pregão Presencial nº020/2018, para Contratação de Empresa do Ramo para aquisição de Gás Oxigênio Medicinal (Oxigênio Gasoso). Sessão de julgamento: 02/05/2018, às **09:00 horas**. Informações: Sede da Prefeitura Municipal, Praça Herculano Torres, nº 13, centro, Coluna – MG. Tel.: (33) 34351255. Edital Disponível no Site: www.coluna.mg.gov.br Email: licitacao@coluna.mg.gov.br. Rosália Barbosa Coelho – Pregoeira Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG

Através de seu Pregoeiro Oficial torna público que fará realizar no dia 27/04/2018 às 14:00 horas, licitação na modalidade Pregão Presencial nº 018/2018, Processo Licitatório nº 025/2018, objetivando a "Contratação de Pessoa Física ou Jurídica para Prestação de Serviços Médicos de Clínica Médica Geral para Atendimento na Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Juramento/MG.",conforme especificações constantes no edital. Maiores informações pelo tel.: (38) 3236-1118 - email: licitacaojuramento@gmail.com Pregoeiro Oficial: Francisco Gilvan Vieira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

Processo n.º 021/2018 – Pregão Presencial SRP n.º 014/2018 - Objeto: Registro de preços para aquisição de material esportivo. Data: 09:00 horas dia 10/05/2018. O Edital se encontra disponível no site <http://buenopolis.mg.gov.br/953-2/>. Informações: email: licitacao@buenopolis.mg.gov.br- CPL. Célio Santana - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITOLIO/MG - Pregão Presencial nº 27/2018, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.726.028/0001-40, torna público através do Sr. Prefeito, José Eduardo Terra Vallory, que se acha aberto o **Procedimento Licitatório nº 48/2018, Registro de preços 11/2018** do tipo menor preço item, objetivando a contratação de empresa para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.** A abertura da sessão será às 09:00 horas do dia 26/04/2018, quando serão recebidos os envelopes (documentação e proposta comercial) e credenciados os representantes das empresas licitantes. Os interessados deverão entrar em contato com o Setor de Licitações no telefone (37)33731244 ou www.capitolio.mg.gov.br. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA/MG

Processo 032/18-PP 017/18- Objeto: SRP para aquisição de medicamentos e fórmulas nutricionais - Credenciamento 27/04/ 18 - 09:00h – Edital disponível no site: www.bocaiuva.mg.gov.br – Ana A. Perpétuo– Pregoeira.

BRADESCO VENDE - DIA 27/04/2018 AS 11h

CASA C/ 92,00M² Á. CONSTR.
RIBEIRÃO DAS NEVES/MG - BAIRRO STATUS
Rua Eliana Pirfo de Noronha, nº166 (Lt 10 Qd- 03). Obs.: Ocupado. (AF). Lance Mínimo: R\$ 144.000,00

Informações: (11) 3845-5599 www.milanleiloes.com.br
RONALDO MILAN LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 266

A DIRETORIA DA (FETRAMOVMG)-FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL, AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO NO COMÉRCIO DE CAFÉ EM GERAL E AUXILIARES DE ARMAZENS GERAIS DE MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ nº 22.232.75510001-54. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CATEGORIA PROFISSIONAL – EDITAL DE CONVOCAÇÃO. O Diretor-Presidente da Fetramov/MG, Sr. Teovaldo José Aparecido, convoca por este edital, todos os seus sindicatos filiados e delegados representantes da categoria profissional diferenciada, dos trabalhadores avulsos não portuários marítimos e na movimentação de mercadorias em geral, para se reunirem na subsede em São Sebastião do Paraíso/MG, localizada na Rua João Patrício Junior, nº 359 – Paraíso do Bosque, CEP 37950-000, no dia 20/04/2018, às 09h00min em 1ª convocação com quorum de maioria ou, as 10h00min em 2ª convocação, "com qualquer número presente, de acordo com norma estatutária, objetivando a aprovação das seguintes ordens do dia: I. Deliberar sobre a proposta elaborada pela **FETRAMOVMG à FETTRMINAS- Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, Urbanos, Próprios,Vias Rurais, Publicas e Áreas Internas no Estado de Minas Gerais**,quanto à representatividade do ajudante de motorista em serviços externos para entrega e coleta de mercadorias,ajudante entregador de gás,ajudante entregador de bebidas,todos contemplados pelo CBO 7832-25; II. Aprovação ou não da proposta ofertada para à FETTRMINAS. **OBS: Para adentrar ao recinto da assembleia, será necessária a identificação através da carteira de associado ou CTPS, comprovando o exercício na atividade e base territorial.** São Sebastião do Paraíso/MG, 14/04/2018. Teovaldo José Aparecido Diretor- Presidente.

EDITAL DE PROCLAMAS: REGISTRO CIVIL E NOTAS DO DISTRITO DO BARREIRO
RUA JOSÉ BRANDÃO, 86, BARREIRO DE BAIXO, CEP 30.640-020 - BELO HORIZONTE/MG - (31)2535-7238
Faz saber que pretendem casar-se:

HEBERT PEREIRA BARROS, solteiro, pizzaiolo, nascido em 30/06/1990 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Beija Flor, 39, Mangueiras Barreiro , Belo Horizonte, filho de FRANCISCO CARLOS PEREIRA DOS SANTOS e NEIDE APARECIDA BARROS Com BRENA GONCALVES NAVEGA TELES, solteira, cuidadora de idoso, nascida em 08/07/1996 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Beija Flor, 39, Mangueiras Barreiro , Belo Horizonte, filha de WANDERSON DE OLIVEIRA TELES e SIMONE APARECIDA GONCALVES NAVEGA TELES.//

ATILA FRANKLIM ARAUJO ROCHA, solteiro, auxiliar de marceneiro, nascido em 18/02/1994 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Hildemar Falcão, 735, Lindeia Barreiro , Belo Horizonte, filho de ANDREILINO OTAVIO DA ROCHA e DULCINEIA ARAUJO SILVA DA ROCHA Com WANESSA LEME SANTOS SILVA, solteira, auxiliar de cartório, nascida em 21/06/1996 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Hildemar Falcão, 735, Lindeia Barreiro , Belo Horizonte, filha de WANDERLEY RODRIGUES DA SILVA e ADRIANE LEME DOS SANTOS.//

DIONATAN ALEX VIEIRA DE ARAUJO BELLO, solteiro, auxiliar administrativo, nascido em 20/09/1996 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Irma Maria Paula, 286, Novo Das Industrias Barreiro , Belo Horizonte, filho de ALEX ARAUJO BELLO e MARLI DOMINGUES VIEIRA Com ANA PAULA RAMOS MAIA, solteira, do lar, nascida em 13/09/1997 em Contagem, MG, residente a Rua Irma Maria Paula, 286, Novo Das Industrias Barreiro , Belo Horizonte, filha de PAULO ROBERTO MAIA e VALDECI RAMOS MAIA.//

RAYMUNDO WALFRANCIS FAUSTINO, divorciado, torneiro mecanico, nascido em 17/08/1962 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Amparo Da Serra, 11, Araguaia Barreiro , Belo Horizonte, filho de RAYMUNDO ALVES e EUNICE FAUSTINO Com MARIA MARCIA FOSCOLO, divorciada, inspetora escolar, nascida em 10/08/1959 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Luciola, 60, Barreiro Barreiro , Belo Horizonte, filha de FABIO LUCIO HOFFMANN FOSCOLO e MARIA JOSE FOSCOLO.//

FAGNER SOUZA ALMEIDA, solteiro, acougueiro, nascido em 19/08/1995 em Serró, MG, residente a Rua Juriti, 48, Vila Cemig Barreiro , Belo Horizonte, filho de GERALDO DE JESUS SOUZA e EVA DOS SANTOS ALMEIDA SOUZA Com HORTENCIA PEREIRA ALVES, solteira, vendedora, nascida em 27/02/1995 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Gilmar Pereira Rosa, 196, Cardoso Barreiro , Belo Horizonte, filha de LUIZ ANTONIO ALVES e GERALDA VISTORA PEREIRA.//

GENILSON DIAS BARBOSA, solteiro, soldador, nascido em 10/02/1979 em Itamaraju, BA, residente a Rua Dos Independentes, 172, Vale Jatoba Barreiro , Belo Horizonte, filho de JOSE MENDES BARBOSA e MARILENE PESSOA DIAS Com MARIA JOSE BARBOSA DE JESUS, solteira, diarista, nascida em 23/07/1978 em Itamaraju, BA, residente a Rua Dos Independentes, 172, Vale Jatoba Barreiro , Belo Horizonte, filha de MANOEL LIBARINO BARBOSA e CLEMENCIA MARIA DE JESUS.//

MATEUS OLIVEIRA DOS SANTOS, solteiro, garcon, nascido em 10/11/1995 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Emanuel, 91, Pilar Barreiro , Belo Horizonte, filho de MILTON BARBOSA DOS SANTOS e SEBASTIANA OLIVEIRA DOS SANTOS Com MERCIA LAURA FERREIRA, solteira, do lar, nascida em 12/12/1997 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Gomes, 190, Olhos D Agua Barreiro , Belo Horizonte, filha de DARCI FERREIRA e MARIA DA PENHA ROSADA FERREIRA.//

JUNIO ASSUNCAO FERREIRA DA SILVA, divorciado, comerciante, nascido em 15/12/1984 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Carlos Pinto Coelho, 487, Vale Do Jatoba Barreiro , Belo Horizonte, filho de JOAO FERREIRA DA SILVA e JOANA MARIA DE ASSUNCAO FERREIRA Com ALEANE ROBERTA SOUSA JARDIM, divorciada, comerciante, nascida em 17/10/1969 em Campanário, MG, residente a Rua Terezinha Andriana De Castro, 149, Diamante Barreiro , Belo Horizonte, filha de ANTONIO DE SOUSA JARDIM e JORGINA GOMES LEAL.//

ALEXANDRE SOARES FERNANDES, solteiro, motorista, nascido em 20/10/1988 em Contagem, MG, residente a Rua Bruno Felipe Ferreira, 45, Solar Do Barreiro Barreiro , Belo Horizonte, filho de WILSON ARAUJO FERNANDES e SONIA MARIA SOARES Com BRENDA LAESKA SANTOS PEREIRA, solteira, supervisora de caixa, nascida em 12/12/1994 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Bruno Felipe Ferreira, 45, Solar Do Barreiro Barreiro , Belo Horizonte, filha de ARI RODRIGUES PEREIRA e JUNIA MARCIA DOS SANTOS.//

VANOIR JULIO DE SOUZA, solteiro, porteiro, nascido em 08/05/1991 em Carmesia, MG, residente a Rua Coronel Thibal, 275, Milionarios Barreiro , Belo Horizonte, filho de MILTON JULIO EMERENCIANO e MARIA INEZ DE SOUZA Com FERNANDA APARECIDA DOS SANTOS, solteira, domestica, nascida em 28/03/1989 em Ferros, MG, residente a Rua Coronel Thibal, 275, Milionarios Barreiro , Belo Horizonte, filha de LAERT PATRICIO DOS SANTOS e GERALDA CONCEICAO SIQUEIRA SANTOS.//

DAISON RANGEL PEDROSA FERREIRA, solteiro, auxiliar de suporte, nascido em 14/08/1990 em Contagem MG, residente na Rua Presidente Costa E Silva, 575, Belo Horizonte MG, filho de ELY FERREIRA e OLGA PEDROSA FERREIRA Com KEYLLA PATRICIA FERNANDES SOARES, solteira, estudante, nascida em 02/11/1994 em Contagem MG, residente na Rua Engenheiro Navarro, 21, Contagem MG, filha de CLEBIO RAMOS SOARES e JULITA FERNANDES DE ALMEIDA.//

GUILHERME PRATES DE FARIA, solteiro, mecanico, nascido em 09/10/1991 em Contagem, MG, residente a Rua Desembargador Goncalves Resende, 77, Independencia Barreiro , Belo Horizonte, filho de JOSE ELANDIO DE FARIA e MARGARETE PRATES DE FARIA Com DAYANNE SANTOS SOUZA, solteira, enfermeira, nascida em 12/05/1995 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Albertino Teixeira Dias, 90 /303, Teixeira Dias Barreiro , Belo Horizonte, filha de JAMILSON SOUZA DE OLIVEIRA e GIOVANIA DE OLIVEIRA SANTOS SOUZA.//

VILMAR GONCALVES DA SILVA, solteiro, instrutor, nascido em 05/07/1982 em Contagem, MG, residente a Rua Cristiano Martins Da Silva, 276, Petropolis Barreiro , Belo Horizonte, filho de SEBASTIAO DOS SANTOS SILVA e BERNADETE GONCALVES ELEUTERIO SILVA Com LIDIANE ROBERTA DE SOUZA, solteira, farmaceutica, nascida em 11/11/1985 em Contagem, MG, residente a Rua Coronel Newton Barbabela, 486, Mangueiras Barreiro , Belo Horizonte, filha de SALVADOR SERVULO DE SOUZA e MARIA DAS GRACAS BARROSO DE SOUZA.//

MATHEUS PHELIPE PEREIRA MARQUES, solteiro, aposentado, nascido em 19/11/1990 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Chacaras Reunidas, 67, Bonsucesso Barreiro , Belo Horizonte, filho de MATUSALEM SANTOS MARQUES e MARIA MARGARETE PEREIRA MARQUES Com LYVIA LOPES DO COUTO, solteira, assistente social, nascida em 28/06/1982 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Chacaras Reunidas, 67, Bonsucesso Barreiro , Belo Horizonte, filha de CARLOS ROBERTO DO COUTO e MARIA TEREZA LOPES DO COUTO.//

PAULO ANTONIO DA SILVA, solteiro, faxineiro, nascido em 27/07/1963 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua B, 73, Castanheira I Barreiro , Belo Horizonte, filho de MARIA JOSE FERNANDES DA SILVA Com MARIA MARGARIDA DA SILVA, solteira, domestica, nascida em 11/05/1948 em Governador Valadares, MG, residente a Rua B, 73, Castanheira I Barreiro , Belo Horizonte, filha de BENEDITO FLORENCIO PIRES e MARIA CONRADA DA SILVA.//

JOSE GERALDO EUSTAQUIO DA SILVA JUNIOR, solteiro, engenheiro mecanico, nascido em 02/06/1986 em Belo Horizonte MG, residente na Rua Custodio Evangelista De Paula, 67, Belo Horizonte MG, filho de JOSE GERALDO EUSTAQUIO DA SILVA e MIRIAN RODRIGUES DA SILVA Com AMANDA DE ABREU BARBOSA, solteira, enfermeira, nascida em 05/02/1990 em Belo Horizonte MG, residente na Rua Padre Joao Porto, 1089, Pompeu MG, filha de EDVAR NEI BARBOSA e MARIA LUCIA DE ABREU BARBOSA.//

Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 do Código Civil Brasileiro.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.
Belo Horizonte, 11/04/2017.
Leticia Franco Maculan Assumpcao
Oficial do Registro Civil